



Anais da Assembléia

Nº 167

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1995

ANO XXI

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB – 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP – 10: Albanor J. F. Gomes - Duffio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT – 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; PTB – 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL – 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Remy Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT – 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pérciles H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB – 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR – 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC – 01: Jocelito Canto.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 119ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 27 DE NOVEMBRO DE 1995
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zak, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Martins e Edgard Bueno.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgard Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Élio Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Milton Puppino, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Valmor Trentini (53). Achando-se ausente o Senhor Deputado Edno Guimarães (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados)

Verificado o número legal dos Senhores Deputados e a dispensa da chamada nominal feita pelo Deputado Rosinha e a verificação de votação solicitada pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti, em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. NELSON TURECK (Questão de Ordem) - Senhor Presidente.

Quero aqui justificar a ausência do Deputado Edson Guimarães que se encontra nesse momento na Cidade de Cianorte fazendo a inauguração da CIRETRAN junto com o Presidente de DETRAN, Marcos Isfer.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Devidamente anotado.

Solicito ao Senhor 1º Secretário Luiz Carlos Martins que proceda à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins) Procede à leitura do seguinte Expediente.

Mensagens:

PROPOSIÇÃO N° 037/95

MENSAGEM N° 077/95

Curitiba, em 23.10.95.

Senhor Presidente.

Nos termos do preceito contido no art. 64, inciso II, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciada por esse egrégio Poder Legislativo, a presente proposta de Emenda Constitucional visando as seguintes alterações ao texto da referida Carta:

I - inclusão de novo inciso ao art. 124;

II - supressão do inciso II, do § 3º, do art. 125; e

III - modificação da redação do § 1º, do art. 56, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Os dispositivos que se propõe sejam alterados estão, os dois primeiros, no Título III, Capítulo IV, Seção II, da vigente Carta Estadual e referem-se à Procuradoria-Geral do Estado e o último (art. 56, § 1º) no Ato das Disposições Transitórias, também referente àquela Procuradoria.

A proposição de Emenda Constitucional ora formulada é indiscutivelmente oportuna e necessária, eis que virá esclarecer, racionalizar e definir adequadamente o verdadeiro papel da Procuradoria-Geral do Estado no que respeita ao exercício da representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas, em cujos aspectos as normas constitucionais vigentes estão silentes.

Nos estudos que precederam esta proposição me foi apresentada exposição de motivos, da lavra da Procuradoria-Geral do Estado, de cujo texto faço as adiante transcrições:

"A Constituição do Estado do Paraná, observando o disposto no art. 132 da Constituição Federal, cometeu aos Procuradores do Estado a representação judicial e a consultoria jurídica do Poder Público Estadual. Bem por isso, no art. 123, disciplinou que 'a advocacia do Estado, como função institucionalizada e organizada por lei complementar, terá como órgão único de execução a Procuradoria-Geral do Estado, diretamente vinculada ao Governador e integrante de seu gabinete'. O art. 124 da Lei Fundamental Estadual define a lista de atribuições privativas da carreira".

Ao mesmo tempo, sensibilizado com a situação dos advogados, assessores e consultores então vinculados ao Poder Executivo, inclusive autarquias e fundações, ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, o Constituinte definiu, no art. 56 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que todos passariam, nos respectivos Poderes, a integrar carreiras especiais.

O Legislador ordinário, obedecendo o comando constitucional, já legislou a respeito.

No que se refere, porém, ao Poder Executivo, o § 1º do artigo acima referido exigiu, de modo absolutamente acertado, que o "assessoramento jurídico, nos órgãos do Poder Executivo, será coordenado pela Procuradoria-Geral do Estado, objetivando a atuação uniforme". Silenciou, todavia, quanto ao papel da Procuradoria do Estado no que se refere ao exercício da representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas. É esse lapso que, com as presentes iniciativas, se pretende solucionar.

O Governo do Estado do Paraná, com efeito procurando racionalizar o aparato administrativo, percebeu que, no âmbito do Poder Executivo, inclusive da Administração Indireta, inexistia mecanismo que assegure o amplo controle da atividade jurídica do Estado, faltando, portanto, instrumento possibilitador da atuação coordenada, dirigida e harmônica das duas carreiras: Procuradoria-Geral do Estado e Advocacia do Estado.

Bem por isso, para aprimorar o exercício de toda a atividade jurídica do Estado, inclusive no território da Administração Pública indireta (nomeadamente das Autarquias e Fundações Públicas), encaminha-se a presente Proposta de Emenda à Constituição. A primeira, altera o disposto nos arts. 124 do Corpo Permanente e 56, § 1º, do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual, para per-

mitir a atuação uniforme, coordenada e controlada de todos os serviços jurídicos do Estado, inclusive daqueles prestados nas Autarquias e Fundações Públicas.

Não se pretende, com a iniciativa, retirar dos ocupantes de cargos do Quadro de Advogados do Estado qualquer prerrogativa. O que se propõe, apenas, é racionalizar a atividade jurídica do Poder Público Estadual, imprimindo comando unívoco e coordenado, de modo a estabelecer um verdadeiro sistema de atuação estadual."...

Assim, proponho, para solução do assunto, que esta Casa aprove e promulgue Emenda Constitucional do seguinte teor:

"Art. 1º - O art. 124 da Constituição do Estado do Paraná passa a contar com novo inciso, com a seguinte redação:

'VI - Coordenar, nos termos da lei, as atividades jurídicas da Administração Pública Estadual.'

Art. 2º - Fica suprimido o disposto no inciso II, do § 3º, do art. 125 da Constituição do Estado do Paraná, renumerando-se o atual inciso III para II.

Art. 3º - O § 1º do art. 56 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual passa a vigorar com a seguinte redação:

'§ 1º - As atividades jurídicas de assessoramento da Administração Pública e de representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas estaduais, serão coordenadas e controladas pela Procuradoria-Geral do Estado, objetivando alcançar atuação sistêmica e uniforme.'"

Submeto, pois, à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa a ora formulada proposta de Emenda contando com o apoio, aprovação e promulgação da mesma.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 082/95

Curitiba, 24.11.95.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.798.480,00 (um milhão, setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, visando atender

ações a serem desencadeadas pela operação Eco-Verão/96 na coleta, transporte e disposição final do lixo orgânico e lixo reciclável nos municípios paranaenses.

Esclareço também que os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 11.033, de 30 de dezembro de 1994, no valor de R\$ 1.798.480,00 (um milhão, setecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e oitenta reais), conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO DA DESPESA		ANEXO I				FL. 01 R\$ 1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N.DO PROC COP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS					
4695	SUPERINTENDÊNCIA DO CONTROLE DA EROSÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM					
1107	LIMPEZA PÚBLICA - SUCEAM	4130.00	00	L	1.798.480	1327
TOTAL					1.798.480	

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO II				FL. 01 R\$ 1,00
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FT	L D R	VALOR	N.DO PROC COP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS					
4695	SUPERINTENDÊNCIA DO CONTROLE DA EROSÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL - SUCEAM					
1108	CONTROLE E COMBATE DA EROSÃO - PRONOROESTE	4130.00	00	L	1.798.480	1327
TOTAL					1.798.480	

Ofícios:

O F Í C I O S

Sob o n° 092/95, do Senhor JOÃO LUIZ CLEVE MACHADO, Juiz Eleitoral da 123ª Zona, encaminhando Atas Finais de Apuração, do Plebiscito para incorporação da área a ser desmembrada compreendendo os lotes 129 ao 228, gleba São Jorge, Município de Altonia, ao Município de São Jorge do Patrocínio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 1735/95, do Senhor DENI L. SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta a Pedido de Informações, requerido pelo Deputado NELSON TURECK, que pede esclarecimentos sobre "Adoção de medidas cabíveis e indispensáveis sobre valor que foi liberado pela Secretaria para o Aeroporto de Campo Mourão." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1798/95, do Senhor DENI L. SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado LUIZ CLAUDIO ROMANELLI, que pede esclarecimentos sobre "terminal graneleiro da Centro Sul localizado junto às instalações do Porto de Paranaguá." **Ao Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 632/95, do Senhor NORTON JOSÉ SIQUEIRA SILVA, Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO, que pede esclarecimentos sobre "gastos do Governo com a remuneração de professores e servidores públicos vinculados à Rede Estadual de Ensino na ativa e aposentados." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 650/95, do Senhor NORTON JOSÉ SIQUEIRA SILVA, Secretário de Estado da Fazenda substituto, em resposta a Pedido de Informações requerido pelo Deputado VALDIR ROSSONI, que pede esclarecimentos sobre "Operações do ano de 1994, do BANESTADO Clube." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 624/95, do Senhor MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado CAÍTO QUINTANA, que pede esclarecimentos sobre "montante dos precatórios requisitados pelo Poder Judiciário ainda não pagos, quais os liquidados e quem efetuou os pagamentos - Secretaria de Finanças ou Banco do Estado do Paraná." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 621/95, do Senhor MIGUEL SALOMÃO, Secretário de Estado da Fazenda, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO, que pede esclarecimentos sobre "gastos do Estado com pessoal." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1658/95, do Senhor DENI L. SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta a Pedido de Informações, requerido pelo Deputado EMERSON NERONE, que pede esclarecimentos sobre "possibilidade da Secretaria oferecer massa asfáltica para pavimentar pátio interno do prédio da Fundação Nacional de Saúde em Maringá." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 1676/95, do Senhor DENI L. SCHWARTZ, Secretário de Estado dos Transportes, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado SÉRGIO SPADA, que pede esclarecimentos sobre "obra da Avenida Beira-Rio, em Foz do Iguaçu." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 1390/95, do Senhor FERNANDO RIBAS CARLI, Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações, requerido pelo Deputado PÉRICLES DE HOLLEBEN MELLO, que pede esclarecimentos sobre "construção de Escolas no Núcleo Habitacional Verona e no Parque Tarobá, em Ponta Grossa." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 1409/95, do Senhor FERNANDO RIBAS CARLI, Chefe da Casa Civil, em resposta a Pedido de Informações requerido pelo Deputado RICARDO CHAB, que pede esclarecimentos sobre "Funcionamento do Colégio Estadual Paulo Leminski, nesta Capital." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° CTL/SEEG 214/95, do Senhor GOVERNADOR DO ESTADO, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei n° 061/95, de autoria do Deputado ANTONIO BELINATI, por considerá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Resolução do Senhor NESTOR BAPTISTA, Presidente do Tribunal de Contas, em resposta ao Pedido de Informações requerido pelo Deputado CAÍTO QUINTANA, que pede esclarecimentos sobre "gratificação de encargos especiais concedida aos Secretários de Estado." **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Of. 86/95

Londrina, 27.11.95.

Senhor Presidente.

Através do presente, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Senhoria, em anexo, ata de apuração e totalização dos votos da consulta plebiscitária realizada no Distrito de Tamarana, em 26 de novembro do corrente.

Ao ensejo, apresento a Vossa Senhoria meus protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) JOÃO JAIME CASSOLI

Juiz da 146.^a Zona Eleitoral

Ofício n° 1113/95-GPA

Curitiba, 27.11.95.

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência, com o presente, para comunicar-lhe que, nesta data, transferi-me para o Partido da Social Democracia - PSDB.

Por esta razão, solicito a gentileza de determinar a devida anotação.

Com protestos de distinta consideração, subscrevo-me

Atenciosamente,

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Emenda:

EMENDA ADITIVA AO

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 58/95

Art. 1° - Fica revogada a Resolução n° 40/91, de 17 de outubro de 1991, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Iguatemi do Paraná, desmembrando-o do Município de Maringá.

Art. 2° - Fica revogada a Resolução n° 17/94, de 23/09/1994, que autorizou a realização do plebiscito para a criação do Município de Tupinambá, desmembrando-o do Município de Astorga.

Art. 3° - Esta Resolução entrará em vigor em 20 de dezembro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamto: Orlando Pessuti, Toti Colaço e Augustinho Zucchi.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 3580

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 479/95, de autoria do Deputado Antonio Annibelli, que autoriza o Poder Executivo a providenciar para que os processos de aposentadoria, contagem de tempo e revisão de proventos sejam solucionados, definitivamente, den-

tro de 90 (noventa) dias.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) JOEL COIMBRA

REQUERIMENTO N° 3579

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na discussão e votação do Projeto de Resolução n° 058/95, item 04 da presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 3561

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a imediata inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n° 463/95, de autoria deste Parlamentar, que revoga a Lei n° 9342, de 19/07/90, que criou o Município de Pontal do Paraná, com área desmembrada do Município de Paranaguá, com parecer favorável da C.C.J..

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3577

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n° 415/95, de minha autoria, que proíbe o uso de telefone celular no interior dos automóveis, em todo o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO N° 3580-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o cancelamento do Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 435/95 e a sua retirada da Ordem do Dia de hoje, visto que o mesmo contém vários artigos e necessitando de um estudo mais acurado pelas Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO N° 3531

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2.^a Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão,

que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) EDGARD BUENO

REQUERIMENTO N° 3562

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER a entrega do carro onde se encontrava o Exmo. Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, para que seja procedida a perícia pelos peritos do Departamento de Medicina Legal da UNICAMP - Universidade de Campinas, para auxiliar na rigorosa apuração dos fatos que envolveram o atentado à autoridade citada, na madrugada do último dia 22 de novembro.

O presente requerimento encontra fundamento no caráter do atentado cometido contra o Senhor Secretário de Segurança Pública, que é de indiscutível impacto social face principalmente ao destaque que o citado obteve nos últimos dias pela atuação desta pasta, alterando de forma radical a vida pública do Estado do Paraná, principalmente pela suspeita que atualmente transparece da inveracidade do conteúdo ofensivo deste atentado. Neste sentido, somente a absoluta transparência e apuração rigorosa dos fatos podem afastar o risco que a própria procedimentalidade democrática atualmente corre. E a perícia do carro envolvido no suposto atentado, e que constitui a parte mais importante do corpo de delito, é essencial para tal apuração.

Pelo exposto, e no sentido da vigência do princípio constitucional da transparência e da viabilidade democrática, é que se encaminha o presente requerimento, apoiado pelo requerente e pelos Deputados a seguir subscritos.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 3566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após a ouvida do Plenário, REQUER à Secretaria de Estado da Segurança Pública seja o inquérito que apura o atentado cometido contra o titular da referida Pasta, acompanhado pela Delegacia da Polícia Federal no Estado do Paraná.

Tal pedido fundamenta-se na indiscutível importância que o evento atentado contra o Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, Secretário de Estado da Segurança Pública, possui em relação à normalidade política de toda a administração pública paranaense e nacional.

Outrossim, a Polícia Federal é Órgão competente para apurar atentados de cunho

político já por decorrência de dispositivo constitucional, estando inclusive aparelhada e treinada para apurar reprimir e evitar atentados de intenção terrorista, que fogem da alçada de meros crimes comuns.

Pelo exposto, e fundamentado no princípio constitucional da instrumentalidade democrática e da transparência, apresenta-se o presente requerimento, que vai subscrito por mim e pelos Exmos. Pares que subscrevem o presente.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) ANGELO VANHONI

REQUERIMENTO N° 3534

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 03.11.95, do Sr. Ovídio Bitencourt Ribas.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Cel. Dulcídio, 551 - Centro - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3535

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Irene Brepohl, ocorrido em 05.11.95.

Esta Sra., era uma pessoa de muitas amizades e ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa. Com o seu passamento, deixou enlutados não somente seus parentes mas também todos aqueles que um dia tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada, à Rua Paulo Frontin, 387, S. José, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3536

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Sra. Amabile Scottini.

Pessoa ligada a comunidade de Ponta Grossa, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixa uma tristeza

muito grande entre amigos e familiares.

Requer, ainda que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Londrina, 1440, Santo Antonio, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3537

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Ireno Alonso dos Reis, do Município de Boa Vista da Aparecida.

Requer ainda, que o teor do presente, dê-se ciência à família, na Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O extinto Sr., pai do Vereador Pedro Alonso dos Reis, pertencia a tradicional família de Boa Vista da Aparecida.

Seu passamento irreparável, veio abrir lacuna no seio da família. O tempo jamais poderá apagar de nosso coração, a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Alonso dos Reis, endereçando a ela, voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 3545

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto e profundo pesar à família Cuquel, pelo falecimento do Sr. Nelson Jurandyr Cuquel, ocorrido no último dia 23 de novembro de 1995, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Nelson Jurandyr Cuquel faleceu aos 74 anos. Deixou esposa, Sra. Irene Maia Cuquel e 4 filhos: Ivana Lorena Cuquel Kaminski, Nelson Antonio Cuquel, Francine Lorena Cuquel e Gian Carlo Cuquel.

Nossa última homenagem ao Sr. Nelson, pessoa muito querida na cidade de Curitiba, onde por sua conduta e dedicação deixa o exemplo de pai e esposo, a todos aqueles que tiveram a felicidade de conhecê-lo.

REQUERIMENTO N° 3546

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta egrégia Casa de Leis, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Aurélio Severino Alves, ocorrido no último dia 03 de novembro de 1995, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Aurélio Severino Alves, aos 47 anos, deixou esposo e três filhas.

Tem o presente a finalidade de prestar última homenagem, ao amigo e companheiro, funcionário exemplar do ex-ITCF, hoje Instituto Ambiental do Paraná, onde prestou relevantes serviços por um período de 18 anos.

REQUERIMENTO N° 3551

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar aos familiares do Sr. Thadeu Glinski, pelo seu passamento ocorrido no dia 19.11.95.

O Sr. Thadeu Glinski, nasceu em 01.03.29 em São Mateus do Sul. Muito jovem começou a trabalhar na farinheira do seu pai. Mudou-se para a Cidade de Irati, exercendo a profissão de motorista de caminhão, em 26.01.57, casou-se com a Sra. Celina Kieras Glinski e tiveram 7 filhos.

Homem dinâmico, comerciante com enorme visão do futuro, fundou em 1964, o Supermercado Glinski, que foi o primeiro supermercado de Irati, o pioneiro no ramo em toda a região.

À família enlutada, nossas mais sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 3554

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar, pelo falecimento do Sr. Antonio Fernandes, ocorrido hoje na Cidade de Cianorte.

O extinto deixa viúva a Sra. Leonilda Camargo e os filhos: Luiz Antonio, casado com a Sra. Miriam; Lourdes Cristina, casada com o Sr. Cesário; Lucia Regina, casada com o Sr. Antonio Roberto; e Carlos Alberto, além de netos.

A sociedade marialvense encontra-se consternada com o desaparecimento de Antoninho, pois o mesmo gozava de um círculo muito grande de amigos na cidade.

Requer ainda, da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, para a Sra. Leonilda C. Fernandes, residentes à

Rua Formosa, 972 em Cianorte.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ari Borsatto, ocorrido em 24 de novembro próximo passado.

Pessoa bastante ligada à comunidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, onde desenvolveu vários trabalhos em benefício da mesma, deixando tristeza entre seus familiares e amigos.

Requer ainda, que a decisão desta Casa de Leis, seja dada ciência à família enlutada, à Rodovia Castelo Branco, Km 91, Sorocaba-SP.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO N° 3564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Arlete Cassarotti Martins - irmã do Senhor Hamilton Cassarotti - gerente adjunto do Banco do Brasil - Agência Mercês, nesta Capital.

A Senhora Arlete Cassarotti era filha do Senhor Djalma Cassarotti e Olga Cassarotti, tradicional família de Cornélio Procopio - PR.

O passamento da Senhora Arlete Cassarotti deixa uma enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, porém nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar de nosso coração a lembrança e o exemplo dessa mulher que soube conquistar o amor, carinho e amizade de todos que tiveram a oportunidade de conhecê-la e conviver com ela.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família Cassarotti Martins, enviando a ela votos de profundo pesar, endereçado para: Rua Portugal, n° 802 - Cornélio Procopio / PR - CEP 86.300-000.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 3544

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consagração de votos de congratulações pela passagem do 11° aniversário de fundação da PISA, no próximo dia 01.

Requer ainda, que a decisão do douto

Plenário, seja comunicada aos Diretores, na Rodovia PR-151, km 232, Jaguariaíva - Paraná - CEP 84.200-000.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

O transcurso do décimo primeiro aniversário de fundação da PISA é bem a afirmação da pujança econômica do Paraná.

Aproveitando a riqueza natural do solo, a PISA soube, a partir do reflorestamento, implantar um parque industrial que se ombréia aos mais modernos do mundo.

O trabalho que a PISA realiza, gerando centenas de empregos diretos e indiretos, é um exemplo para todo o País.

REQUERIMENTO N° 3547

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se faça o registro em ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao Senhor Brazílio Teixeira Borges, residente em Ponta Grossa - PR, com 99 anos de vida e que em 25/12 próximo vindouro, completará 100 anos (um século) de vida.

Natural de Faxinal dos Minérios, Município de Teixeira Soares - PR, é filho de Salvador Teixeira Borges e Maria Gonçalves dos Santos. Sua atividade principal foi a agricultura. Casou-se em 1914 com a Senhora Davina Nery Franco, ficando unidos durante 71 anos. Do casamento nasceram sete filhos. A família ficou assim constituída: 07 (sete) filhos; 26 (vinte e seis) netos; 55 (cinquenta e cinco) bisnetos e 10 (dez) tataranetos. Ainda hoje, mantém-se lúcido, faz suas caminhadas sozinho, possui boa saúde e é muito respeitado e admirado em Ponta Grossa, onde reside há vinte anos. Este acontecimento é muito importante para ele, sua família, seus amigos e para todos nós, portanto deve ser comemorado com grande alegria e orgulho. Enorme foi sua contribuição como agricultor e como ser humano.

Pelo exemplo de vida, nos somamos aos seus familiares e amigos para homenageá-lo, pedindo que esta Casa registre o fato e comunique ao Senhor Brazílio Teixeira Borges, o reconhecimento público que estamos propondo a ele, desejando-lhe muitas felicidades em todos os dias de sua vida.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, REQUER envio de votos de louvor ao Dr. Washington Barbosa,

por ser o primeiro médico e escritor a ser admitido na Academia de Letras do Rio Grande do Sul.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 3555

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembléia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de congratulações à Senhora Maria Luiza Pereira Passos, pela conquista da medalha de prata em tênis de mesa durante os "X Jogos Panamericanos de Desportos sobre Cadeiras de Rodas", realizados em Buenos Aires - Argentina.

Maria Luiza, vencendo as limitações de uma cadeira de rodas, treinando durante mais de oito horas por dia, conseguiu tornar-se campeã na modalidade esportiva que escolheu. Entretanto, as mesmas dificuldades de grande parte dos atletas brasileiros, dividindo o trabalho com o treinamento e sem ter técnico para ajudá-la, conseguiu ainda a nona colocação entre 32 jogadores do mundo inteiro nos "43° Jogos Mundiais em Cadeiras de Rodas", disputado em Stoke Mandeville - Inglaterra.

Requer ainda, uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento a Senhora Maria Luiza Pereira Passos e à Associação Paranaense dos Deficientes.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3563

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao SINTRACCOOP - Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agro-Industriais no Estado do Paraná, alusivos à inauguração da sede própria e comemoração do 3° ano do referido sindicato, a realizar-se no dia 13 de dezembro do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente do Sindicato, Senhor Mauri Viana Pereira, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Capitão Índio Bandeira, n° 179, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 3567

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja consi-

nado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações aos odontologistas paranaenses João Maria Baptista e Beatriz Helena França, por haverem sido distinguidos com a Medalha "Dr. Luiz César Pannaim", pelo destaque alcançado na atividade profissional durante o último ano.

Que do teor do presente dê-se ciência, além dos homenageados, à Sociedade Brasileira de Odontologia.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Historicamente os cirurgiões-dentistas do Paraná têm conquistado homenagens, como esta agora atribuída a João Maria Baptista e Beatriz Helena França. A Medalha "Dr. Luiz César Pannaim" constitui a condecoração atribuída aos profissionais de odontologia no Brasil e distingue os que mais se destacam na atividade profissional durante o período anual anterior.

Os dois profissionais são expoentes da odontologia paranaense.

João Maria Baptista - Integrante do grupo de pós-graduação em Ortodontia da Universidade Federal do Paraná, é pesquisador e tem vários inventos patenteados e fabricados, inclusive nos Estados Unidos da América do Norte.

Beatriz Helena França - É professora de Odontologia Legal e vem realizando um trabalho "avançado" de identificação no Instituto Médico Legal do Paraná.

A atribuição da honraria teve o aval de inúmeras instituições ligadas à Odontologia, o que lhe confere um grau da maior respeitabilidade.

Diante disto, requeremos o registro nos Anais do Poder Legislativo, da alta distinção obtida por aqueles dois profissionais paranaenses, enviando-lhes os nossos mais sinceros cumprimentos.

REQUERIMENTO N° 3568

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, um voto de congratulações à nova diretoria da Casa do Estudante Luterano Universitário.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Em solenidade realizada no último dia 25 de novembro, tomou posse a nova diretoria da CELU - Casa do Estudante Luterano Universitário, integrada por Jorge A. R. Mestanza (Presidente); Élio Vicente Pinto (1° Vice); Allan R. Dias (2° Vice); Rodrigo Pooter (1° Tesoureiro); Klaus Kürten (2° Tesoureiro); César L. Prato (1° Secretário); Matheus K. Furuya (2° Secretário).

Conselhos - Amerson T. Carvalho; Claudinei Wiebbelling; Mário A. Siqueira; Ederson Sguario; Eduardo Simões; Francisco Ivon Pinnock, Márcio L. Michalkiewicz e Volnei da Silva.

Diretores de Departamentos - Roberto O. Santos (Alimentação); Thomas F. da Rosa (Biblioteca); Valdir B. da Costa Jr. (Esportivo e Social); Marcelo de S. Ferreira (Limpeza); Roberto E. Bueno (Odontológico); Gilson A. da Silva (Pessoal); Gilberto F. Souza (Bem-Estar); Luiz C. Benkard (Cultural e Imprensa); Roberto N. da Fonseca (Informática); Marcelo A. Mayer (Médico); Marcos A. Treuk (Patrimônio) e Ricardo G. Luiz (Relações Públicas).

Que o presente requerimento enseje os nossos sinceros cumprimentos aos novos dirigentes da CELU, augurando-lhes uma profícua gestão no biênio 95/96.

REQUERIMENTO N° 3575

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER à douta Mesa da Assembleia, a inserção na Ata dos trabalhos da presente sessão, de votos de louvor e congratulações com o egrégio Tribunal de Justiça do Paraná que, em solenidade realizada nesta data, colocou em funcionamento, em todo o Estado, os Juizados Especiais.

A medida é de grande importância para a população do Paraná, que dessa forma poderão ter agilizadas ações com valor até 40 salários mínimos, que envolvem acidentes de trânsito, condomínio, arrendamento rural, parceria agrícola, reparação de danos, etc.

Requer ainda, que uma vez aprovada a presente proposição, que da mesma seja dado conhecimento ao MM. Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 3576

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a expedição de votos de congratulações ao Senhor Lourival Siqueira Campos, Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Primavera, localizado em Paicandu, pelos relevantes trabalhos prestados a todos os municípios, destacando as 395 famílias de mutuários do Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

Que o mesmo seja cientificado do presente requerimento.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

JUSTIFICATIVA:

Durante o Governo Collor de Mello, foi implantado no Brasil um projeto para construção de moradias populares denominada Plano de Ação Imediata para Habitação - PAIH, que deveria atender famílias de trabalhadores de baixa renda, infelizmente o projeto teve outros objetivos. No Brasil existem aproximadamente 550 mil moradias construídas ou com obras inacabadas deste programa, que usou recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviços - FGTS, tornando-se uma grande demonstração de desperdício e má fé na aplicação do dinheiro público.

No Paraná foram construídas mais de 30 mil moradias, publicamente conhecidas como "margaridas", que assim como no resto do País, foram escandalosamente superfaturadas.

O Norte do Estado do Paraná é a região onde está concentrada a maior parte destes conjuntos habitacionais. Em alguns municípios encontramos lideranças comunitárias que vêm a mais de três anos lutando pelas causas dos mutuários, buscando uma redução das prestações, que são elevadas para qualidade daqueles imóveis, entre estes abnegados lutadores encontramos no Norte, na Cidade de Paicandu, o Senhor Lourival Siqueira Campos, Presidente da Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Primavera, um anônimo lutador das causas populares, que vem representando nos principais escalões do Estado e da República, não só os trabalhadores de Paicandu, ou do Norte do Paraná, mas de o Estado do Paraná, sempre na busca de melhores dias para mais de 30 mil famílias de mutuários.

Assim, entendemos ser este trabalhador merecedor de homenagens dos nobres Pares desta Casa Legislativa, legítima representante das causas populares.

REQUERIMENTO N° 3578

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, com fundamento no art. 129 do Regimento Interno desta Casa de Leis, c/c art. 135, § 1° e 2° do aludido dispositivo legal, cuja a súmula é a seguinte: Que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Comunicação Social, para que preste conta a esta Casa de Leis, da verba orçamentária existente no corrente ano, mencionando a importância já gasta, com quem foi gasta, valores discriminados aos agraciados, se houve licitação ou não e porque não, no caso de dispensa, se existe pendências o valor.

Na certeza de vermos mais este nosso requerimento. Pedimos deferimento.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) JOCELITO CANTO

Apoiamiento: Albanor Gomes, Irineu Colombo, Reny Borsatto, Carlos Simões, Luiz Carlos Zuk, Péricles de Mello, Augustinho Zucchi, Renato Adur, Marquinhos Alves, Luiz Claudio Romanelli, Irondi Pugliesi, Edson Silva Lino, Emerson Nerone, Toti Colago, Joel Coimbra, João Techy, Cezar Silvestri, Antonio Belinati, Beto Richa, Antonio Annibelli, Cesar Seleme, Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, José Tavares, Caíto Quintana, Doutor Rosinha e Ângelo Vanhoni.

REQUERIMENTO N° 3532

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Educação, Senhor Ramiro Wahrhaftig, solicitando uma verba de R\$ 800,00, para o Colégio Dr. Cândido de Abreu, para que uma equipe de alunos possa realizar um documentário que retratará o relevo do Município de Cândido de Abreu.

O documentário será composto de fotografias e filmagens realizadas por pessoas especializadas. O referido trabalho servirá com certeza para enriquecer o acervo da biblioteca do colégio, bem como para outros órgãos e entidades que dele possam tirar proveito.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3533

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Agricultura e do Abastecimento Senhor Hermas Brandão, solicitando auxílio financeiro para o início da construção da Sede Social da Associação de Desenvolvimento Econômico e Social da Grande Guaragi - "ADESGG", Distrito de Guaragi, Município de Ponta Grossa.

Essa Sede Social terá como finalidades:

- Local para serem ministrados cursos do SESC;
- Reuniões das Associações de Bairros;
- Ponto de Encontro para o Grupo de Idosos;
- Local para festas de aniversário, casamento e bailes;
- Local para torneios, gincanas e apresentações da Escola.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 3538

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento - Hermas Eurides Brandão, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis no sentido de se proceder o desenvolvimento da pequena propriedade rural da Região Centro-Oeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Preocupados com a evasão do homem do campo, principalmente dos pequenos produtores rurais para os grandes centros urbanos, Prefeitos e Vereadores e lideranças comunitárias da Região Centro Oeste do Estado, englobando os Municípios de Roncador, Palmital, Pitanga, Iretama, Nova Cantu, Mato Rico e Nova Tebas, reuniram-se determinados em contribuir com a recuperação das pequenas propriedades e no interesse de debater sobre a viabilidade de atividades com as quais conseguiria-se a curto, médio e longo prazo, uma melhoria da qualidade de vida para os pequenos produtores rurais.

Das várias atividades que foram debatidas para os municípios destacaram-se a criação do bicho da seda (Sericicultura), a bovinocultura de leite, a avicultura, a suinocultura, a piscicultura, a apicultura, a fruticultura e as culturas de ervamate e da mandioca, cuja expressão de renda é muito maior do que aquelas praticadas com as culturas de feijão, milho, arroz e algodão.

O interesse comum dos municípios pelos projetos referidos vem de encontro aos planos do Governo Estadual, onde busca-se a diversificação da propriedade, a qualificação da mão-de-obra da propriedade rural e a criação de novos empregos rurais. Com o decorrer dos anos, trabalhando com as culturas tradicionais e de maneira extrativista, o esgotamento do solo, foi inevitável, ocasionando a baixa produtividade das lavouras e o pequeno produtor não está conseguindo sobreviver com a lucratividade do campo, entrando desenfreado na cadeia da pobreza.

Pretendendo melhorar as condições de vida do produtor rural e considerando a verdadeira realidade dos municípios mencionados, o presente requerimento visa o auxílio de subsídios permutáveis para a reestruturação do pequeno produtor.

Os municípios a serem beneficiados são essencialmente agrícolas, com 70% da população residindo na zona rural e 30% na zona urbana, na zona rural 80% são pequenos produtores, com áreas inferiores a 12 ha dependendo exclusivamente das culturas do

algodão, milho e feijão.

A agricultura de uma maneira geral, encontra-se em uma fase difícil, esta dificuldade na região é agravada pelo fator topográfico (áreas de declive muito acentuado), aptidão do solo e comercialização de vários produtores.

Com o surgimento de doenças na cultura do algodão (o vermelhão) e com as excessivas precipitações pluviométricas ocorridas no mês de janeiro que concederam praticamente 50% do algodão da região devido a não realização de tratamentos culturais adequados e ocasionaram o definhamento da cultura, foram prejudicados não somente os produtores mas toda a sociedade envolvida com a cultura, algumas empresas e cooperativas que trabalham com a fiação de algodão não puderam utilizar suas máquinas. As matérias-primas foram encaminhadas para a sede, como é o caso da COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense), ocasionando menor geração de empregos no município produtor.

A diminuição da produção levou a menor arrecadação e menor movimentação no comércio local.

Outra cultura de expressão na região, o feijão, foi prejudicado pelas chuvas torrenciais que levaram a perda de quase 50% da produção e teve a sua comercialização prejudicada pela péssima qualidade do produto final.

REQUERIMENTO N° 3539

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes Deni Lineu Schwartz, solicitando a adoção das medidas cabíveis e indispensáveis, no sentido de se proceder a execução de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber", no Município de Luiziana.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente requerimento atender justa reivindicação da Prefeitura Municipal de Luiziana, que requer a execução dos serviços de asfaltamento através do Programa "Caminhos do Saber", trecho que liga Bairro dos Inácios à BR-158, com aproximadamente 6 (seis) quilômetros.

Essa estrada, no percurso que ora solicitamos especial atenção, visando o asfaltamento, possui um fluxo de trânsito que demanda acentuado número de alunos as escolas, além do escoamento de safra agrícola, daí a premente necessidade de seu asfaltamento, para uma contínua e eficaz trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 3540

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Fernando Henrique Cardoso, Presidente da República, Pedro Malan, Ministro da Fazenda e José Serra, Ministro do Planejamento, contendo sugestões de produtores de algodão do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Visando incentivar a produção de algodão em caroço, os produtores do Paraná sugerem modificações na política que regula a importação e exportação do produto.

Segundo os produtores, é necessário:

- Rever e comparar as alíquotas de importação e exportação, bem como promovendo a equalização dessas alíquotas. Dessa forma, estar-se-á promovendo a valorização do produto nacional, hoje preterido pelo estrangeiro, que oferece incentivos e juros baixos.
- Vincular os resultados a operações que permitam ao governo federal manter o estoque estratégico para a indústria têxtil, para um mínimo de dois meses, o que poderá resultar na geração de novo mercado para o algodão em pluma.
- Definir a alíquota de importação com a participação das cooperativas, maquinistas, produtores e exportadores.
- Suspender as importações no primeiro semestre de cada ano, para priorizar o algodão nacional.
- Liberar as importações no segundo semestre de cada ano, quando os produtores estrangeiros colhem a sua safra.
- Limitar as importações apenas para a indústria têxtil, de acordo com o consumo semestral, observando a planilha das indústrias: quanto importa e quanto consome no mercado interno.

A adoção dessas medidas concorrerá significativamente para o crescimento da cultura algodoeira, pois abrirá um segundo mercado, o de negócio à vista, que agilizará o escoamento da produção; um terceiro mercado, o das empresas de exportação e importação do mercado mundial, e um quarto mercado, para o algodão em pluma.

REQUERIMENTO N° 3541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com o apoio dos ilustres Deputados Walmor Trentini e Valdir Rossoni, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Governador, Presidente do Tribunal de Contas

e Secretário de Estado da Fazenda, Planejamento, Administração, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico, Obras Públicas e Secretário de Estado do Trabalho, solicitando estudo do Projeto de Revalorização da Contabilidade pelo Estado.

Requer ainda que da decisão da Mesa, seja cientificado o Senhor Edson Sadao Imoto, Presidente da Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, à Avenida Água Verde, 1682, Sala 201 - Curitiba-PR, CEP 80240-900.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) NELSON TURECK

Apoio: Valdir Rossoni e Walmor Trentini

JUSTIFICATIVA:

O projeto em epígrafe, de autoria da FECOPAR - Federação dos Contabilistas do Estado do Paraná, sugere a valorização da contabilidade e da análise de balanços como instrumento de avaliação, fiscalização, gestão, ensino e planejamento empresarial, como forma de colaborar com o desenvolvimento do Estado.

Por outro lado, o projeto diz que "a descoberta do contabilista como importante elo no aumento da arrecadação municipal, estadual e federal, poderá redirecionar procedimentos".

Considerando o projeto oportuno, pertinente e importante, contamos com o aval dos nobres Pares desta colenda Casa.

REQUERIMENTO N° 3548

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, no sentido de instruir a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, a proceder a implantação de rede de água em um terreno localizado a Rua Pedro Antonio da Costa n° 273 - Bairro Boa Vista, pelo PROSAN.

Já foi encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Curitiba e esta nos informou ser de competência da SANEPAR.

Maiores informações podem ser obtidas com o Senhor Oswaldo Queiroz pelo telefone 264-1861.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 3565

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após a anuência do Plenário, seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Marcelo Alencar, digno Governador do Estado do Rio de Janeiro, nos seguintes termos:

O Paraná acompanha com grande expectativa o desfecho da apuração dos lamentá-

veis fatos divulgados pela imprensa e relacionados com a Fábrica da Esperança.

Tomamos a liberdade de solicitar ao digno Governador do Rio, sua preciosa atenção à Fábrica da Esperança, o maior projeto da América do Sul no atendimento social a muitos milhares de famílias que moram nas favelas. O Pastor Caio Fábio, homem de Deus, é figura das mais respeitadas no Paraná, no Brasil e no exterior, pela sua competência e seriedade no comando de tão arrojada obra, uma das maiores em todo o planeta Terra. Há que se destacar, ainda, que Caio Fábio tem buscado em Jesus Cristo a orientação para o sucesso de sua missão nesse tão louvável e cristão empreendimento. Os resultados, além de beneficiar milhares de famílias faveladas, têm servido de grande contribuição aos propósitos da obra social do próprio Governo Estadual.

Senhor Governador, acreditamos que Vossa Excelência não permitirá, jamais, que forças malignas, diabólicas, continuem agindo com o objetivo de manchar uma causa tão extraordinária como o projeto Fábrica da Esperança, que deve ser para o admirado povo do Rio de Janeiro, razão de grande orgulho, como o é para nós, paranaenses.

Receba, Senhor Governador, nossa gratidão pela acolhida à presente manifestação desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 3553

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando as atribuições legais, REQUE-REM, após aprovação em Plenário, envio de correspondência para o Ministério da Agricultura, Banco Central, Banco do Brasil, Presidente da República, Ministério do Planejamento, Ministério da Economia e Bancada paranaense de Deputados Federais e Senadores, para que seja destinada verba do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - PRONAF, para os Bancos Estaduais utilizarem em programas de mesmo caráter.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(aa) IRINEU COLOMBO

ORLANDO PESSUTI

AUGUSTINHO ZUCCHI

VALDIR ROSSONI

JUSTIFICATIVA:

Cada um dos Governos Estaduais têm programas que beneficiam condomínios rurais, associações cooperativas e outras entidades que congregam pequenos produtores e beneficiam a agricultura familiar. O Banco Estadual com recurso do PRONAF, tornaria mais ágil o processo de destinação de recursos, bem como a sintonia do Governo e do próprio Banco, às vocações regio-

nais e projetos de viabilidade coletiva.

Segue em anexo ofícios de Prefeitos e Lideranças rurais aos Deputados Estaduais e ao Senhor Hermas Brandão, Secretário de Estado da Agricultura do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO N° 3542

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Casa, do artigo intitulado "Quontabilidade: Um Problema Básico para a Qualidade Iso-Brasileira", de autoria do Professor César Abicalaffe.

Requer ainda que, da decisão da Casa, sejam cientificados os Senhores: Professor César Abicalaffe, à Rua Comendador Araújo, 323, 2° andar, Cj. 27 - Curitiba-PR, CEP 80420-000, e Edson Sadao Imoto, Presidente da Federação de Contabilistas do Estado do Paraná, à Av. Água Verde, 1682, sala 201, Curitiba-PR, CEP 80240-900.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Num momento em que se dá ênfase à figura do Contador como o profissional do futuro, e que se prega a necessária parceria entre empresários e Contabilistas como fórmula de sucesso na administração das empresas, é oportuno registrar o pensamento do Professor César Abicalaffe, uma autoridade incontestada em finanças, contabilidade e administração, com várias obras publicadas sobre o tema.

Pelo exposto, conclamo o aval dos nobres Pares.

REQUERIMENTO N° 3543

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a transcrição da entrevista de Dona Fani Lerner, Primeira-Dama do Estado do Paraná, veiculada no Jornal "Folha de Londrina" no último dia 26.

Requer, ainda, que a decisão do douto Plenário seja comunicada a Sra. Fani Lerner e a Jornalista Ruth Bolognese.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) BETO RICHA

JUSTIFICATIVA:

A entrevista da Sra. Fani Lerner à "Folha de Londrina" de ontem constitui página da mais alta riqueza, documento de leitura indispensável por todos aqueles que valorizam a dignidade da pessoa humana.

Com toda a certeza, raramente se viu na imprensa paranaense tamanha sinceridade por parte de que, de peito aberto, sem reservas, sem medo, admite publicamente estar diante de doença que a maioria costuma

negar.

Se até agora Fani Lerner se impunha à admiração dos paranaenses pelo seu trabalho desenvolvido na área social, cujos frutos são do conhecimento público, a partir de agora é a mulher corajosa e admirável que se torna credora de nosso respeito.

A transcrição da entrevista concedida à Jornalista Ruth Bolognese torna-se dessa maneira um imperativo de ordem ética, pelo testemunho de coragem e altivez que, com toda certeza, se converterá em referência para as gerações futuras.

REQUERIMENTO N° 3569

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER a transcrição, nos Anais da Assembléia Legislativa do pronunciamento feito por ocasião da solenidade realizada nesta Capital, em data de hoje, que marcou a entrada em funcionamento em todo o Estado dos Juizados Especiais, pela Sra. Juíza Joecy Machado Camargo.

A Juíza Joecy Machado Camargo, juntamente com outros juizes, foi designada para o Juizado Especial e, seu pronunciamento diz bem da situação da Justiça dentro do Estado do Paraná.

Requer ainda que, uma vez aprovada esta proposição, seja dado conhecimento ao MM. Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, da decisão desta Casa, em sua condição de Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 500/95

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública as Aldeias Infantis S.O.S. Brasil, com sede e foro na Cidade de Goioerê.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Nascida para prestar atendimento a crianças que por motivos os mais diversos devam ser mantidas longe do convívio familiar, a "Aldeias Infantis S.O.S. Brasil" vem cumprindo fiel e condignamente os seus objetivos.

Dirigida por pessoas que não percebem qualquer espécie de remuneração pelo seu trabalho, oferece todo o atendimento ne-

cessário para que uma criança atinja o seu pleno desenvolvimento físico, social, psicológico, cultural e espiritual.

Atuando com crianças das mais variadas idades, a Aldeias Infantis S.O.S. Brasil de Goioerê, desde a sua fundação, realiza profícuo trabalho assistencial em consonância com os seus dispositivos estatutários.

Reconhecê-la de Utilidade Pública implica no efetivo entendimento das suas finalidades e da sua atuação no campo de beneficência, e mais, no estímulo à melhoria das suas condições de atendimento.

A entidade preenche todas as exigências legais, portanto, está plenamente credenciada para o que ora propomos.

PROJETO DE LEI N° 501/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação da Lei n° 11.196, de 13 de novembro de 1995, que declarou de Utilidade Pública a Casa Oeste Espiritualista Cristã Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa Espiritualista Obreiros da Paz, com sede e foro nesta Capital."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95
(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A motivação da apresentação deste projeto de lei é de corrigir a denominação da entidade beneficiada pela Lei n° 11.196, onde constou indevidamente a palavra Oeste.

PROJETO DE LEI N° 502/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Declara de Utilidade Pública a Associação Municipal dos Técnicos Agrônomos, Veterinários e Engenheiros do Município de Santa Helena - ATAVE, com sede e foro no Município de Santa Helena.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95
(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

A Associação Municipal dos Técnicos, Agrônomos, Veterinários e Engenheiros do Município de Santa Helena foi criada em 17 de agosto de 1993, sendo formada apenas pelos profissionais habilitados em seus

respectivos Conselhos Regionais.

A ATAVE tem por objetivo executar ações voltadas ao desenvolvimento agropecuário e da Construção Civil, atendendo as necessidades dos órgãos, entidades, associações, empresas de assistência técnica, ecologia e meio ambiente, de interesse da coletividade.

Tem por finalidade também estimular a participação dos produtores rurais nos Projetos de Desenvolvimento, fomentados pela Associação, promovendo assim a fixação do homem no campo, através da viabilização de suas propriedades com incentivo a diversificação e melhorias de suas benfeitorias.

PROJETO DE LEI N° 503/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Cria o Município de Tamara-
na, desmembrado do Município de Londrina,
com os seguintes limites e confrontações:

Com o Município de Londrina:

Inicia na foz do Rio Santa Cruz no Rio Apucarantina, desce por este até a foz do Córrego Faustino e por este até a sua nascente, de onde em linha reta no sentido Nordeste alcança a cabeceira do Ribeirão dos Moraes; desce por este até a sua foz no Rio Apucarantina e por este abaixo até sua foz no Rio Tibagi.

Com o Município de São Jerônimo da Serra:

Começa na foz do Rio Apucarantina no Rio Tibagi, segue por este até a foz do Rio Apucarana.

Com o Município de Ortigueira:

Começa no Rio Tibagi, na foz do Rio Apucarana, sobe por este até sua confluência com o Rio Preto, segue por este até sua confluência com o Rio do Meio.

Com os Municípios de Mauá da Serra:

Começa na confluência do Rio Preto com o Rio do Meio, segue pelo Rio do Meio até sua nascente, de onde em linha reta alcança a cabeceira do Rio Valêncio, por este até sua foz no Rio Apucarantina, desce por este até encontrar a Estrada Lagoa-Mauá.

Com o Município de Marilândia do Sul:

Inicia no encontro da Estrada Lagoa-Mauá com o Rio Apucarantina, desce por este até encontrar a foz do Rio Santa Cruz, no Rio Apucarantina, ponto inicial e final.

Perímetro Urbano:

Principia no afluente do Ribeirão dos Moraes, que cruza a Avenida 19 de Dezem-

bro, abrange o Jardim Juny, abrange os terrenos com testada para a Rua Demétrio Carneiro Siqueira, segue pela Divisa Leste do Lote 129, abrange a Igreja Congregação Cristã, segue pela Estrada Arroio Grande, abrange os terrenos com testada para a Rua Rio Preto, Rua Mauá, Avenida Perimetral e daí segue até o ponto de partida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Tamarana tem uma área de 573,88 Km², e vem de longa data assumindo posição de destaque, em função de seu desenvolvimento sócio-econômico-cultural.

Contando com estabelecimentos comerciais e industriais, unidades de produção horti-fruti-granjeiros, com grande produção agropecuária, e instituições e serviços públicos, tal como Agência Bancária, Sub-Prefeitura, Sub-Delegacia, Cartório, Escolas, água encanada, energia elétrica e telefonia.

A autonomia político-administrativa de Tamarana é uma aspiração antiga de sua população, motivo pelo qual propusemos o Projeto de Resolução nº 01/92 (referente a autorização de plebiscito) que aprovado transformou-se na Resolução nº 16/94, que autorizou a realização do referido plebiscito, o qual aconteceu no dia 26 de novembro de 1995, obtendo o seguinte resultado:

Eleitores Cadastrados	3.887
Votantes	3.782
Votos "Sim"	2.012
Votos "Não"	1.606
Votos Brancos/Nulos	164

Devido a tudo o que acima se mostra justificamos a apresentação do presente projeto de lei, ao qual solicitamos dos Srs. Parlamentares o devido apoio para que seja viabilizada a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 504/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro Assistencial à Família Rural, com sede e foro na Cidade de Casca-
vel.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) EDGARD BUENO

JUSTIFICATIVA:

O Centro Assistencial à Família Rural proporciona e mantém obras de assistência social e filantrópica, tais como grupos de convivência, albergue, ambulatório, centros assistenciais, centro de orientação e proteção à gestante, maternidade, infância, idosos, etc.

O Centro visa também incentivar e promover programas de conscientização às famílias na preservação e melhoria do meio ambiente em que vivem.

Com a exposição de apenas algumas realizações, já percebe-se que a entidade excede os requisitos para ser declarada de Utilidade Pública, e portanto, solicito aos nobres Pares a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 505/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os programas de construção de habitações populares financiados pelo Poder Público ou que contem com recursos orçamentários do Estado, obedecerão ao disposto nesta lei.

Art. 2º - Serão reservadas, preferencialmente, a pessoas portadoras de deficiência física permanente, 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais construídas pelos programas a que se refere esta lei.

Art. 3º - São condições para o exercício do direito de preferência mencionado no artigo anterior:

I - ser portador de deficiência física permanente, comprovada por laudo médico oficial:

II - ser residente e domiciliado, há pelo menos 3 (três) anos, no município em que pretenda adquirir unidade habitacional;

III - não ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural;

IV - enquadrar-se na população economicamente carente à qual se destinar o programa.

Art. 4º - Para exercer seu direito de preferência, o interessado deverá apresentar requerimento ao órgão público competente, por meio do qual manifestará, de forma inequívoca, sua vontade.

Art. 5º - Caso o número de portadores de deficiência física inscritos não alcance o limite previsto no artigo 2º desta lei, as unidades habitacionais excedentes poderão ser alienadas segundo os critérios estabelecidos em lei ou em regulamento.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamen-

tará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela visa criar um programa que irá reservar preferencialmente aos deficientes físicos permanentes, 5% das unidades habitacionais construídas com recursos orçamentários do Estado do Paraná.

A medida por nós proposta irá beneficiar uma parcela da população que tem imensa dificuldade para sobreviver numa sociedade como a brasileira, onde os direitos dos cidadãos não são respeitados.

PROJETO DE LEI Nº 506/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Santa Catarina, com sede e foro no Município de São Miguel do Iguaçu.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Santa Catarina, como uma organização civil, sem fins lucrativos, tem como finalidade precípua de sua existência e incentivo e apoio ao desenvolvimento social e cultural da comunidade.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social contribuindo portanto, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face às características e postura referidas, requer-se, a declaração de Utilidade Pública da Entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 507/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade

Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia, com sede e foro no Município de Matelândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia, como uma organização civil, sem fins lucrativos, tem como finalidade precípua de sua existência e incentivo e apoio ao desenvolvimento social e cultural da comunidade.

A instituição em epígrafe, vem desenvolvendo um trabalho pautado nos princípios do respeito humano e da solidariedade, possuindo objetivos progressistas de interesse comum, constituindo-se numa fonte de desenvolvimento social contribuindo portanto, para a melhoria da qualidade de vida da população assistida.

Face às características e postura referidas, requer-se, a declaração de Utilidade Pública da Entidade em apreço, uma vez que a mesma atende os critérios estabelecidos pela Lei Estadual nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria.

PROJETO DE LEI Nº 508/95

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criado o Município de Palmeirinha, desmembrado do Município de Guarapuava, com os seguintes limites e confrontações:

Com o Município de Turvo

Inicia no encontro da Estrada GA-125 com o rio Paiquerê, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudeste até a cabeceira do rio do Jacu, desce por este até encontrar a PR-460, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a Estrada GA-313, segue por esta na direção geral Nordeste até encontrar o arroio Fundo.

Com o Município de Guarapuava

Inicia no encontro da Estrada GA-313 com o arroio Fundo, sobe por este até a sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste até a cabeceira do arroio Gramado, desce por este até a sua foz no rio dos Fuegos, desce por este até sua foz no rio Coutinho, desce por este até a foz do rio Campo Novo, sobe por este até a foz de um afluente à margem direita do rio Campo Novo, sobe por este até sua cabeceira, deste

ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste até a BR-460, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar o rio Coutinho, desce por este até encontrar a BR-277, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o rio Campo Real.

Com o Município de Candói

Inicia no encontro da BR-277 com o rio Campo Real, sobe por este até a confluência com o rio Lageado dos Porcos, sobe por este até encontrar a estrada GA-150, segue por esta no sentido geral Sudoeste até encontrar a estrada GA-515, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar o rio Cavernoso, sobe por este até a foz do rio do Poço, sobe por este até a foz do arroio Barro Preto, sobe por este até encontrar a estrada GA-149, segue por esta na direção geral Oeste, até encontrar a estrada GA-132, segue por esta na direção geral Nordeste, até defrontar com a cabeceira do rio da Divisa.

Com o Município de Guarapuava

Inicia na estrada GA-132 defronte à cabeceira do rio da Divisa, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até a cabeceira do rio da Divisa, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Nordeste até a cabeceira do rio do Baú, desce por este até a confluência com o rio Veado, sobe por este até encontrar a estrada GA-134, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar a estrada GA-125, segue por esta na direção geral Noroeste até encontrar o rio Paiquerê.

Perímetro Urbano

Começando do P.P.O.M.I., cravado na linha poligonal perimétrica junto da esquina com a rua Dom Pedro II e a rua Emílio de Campos, segue por uma linha seca poligonal perimétrica confrontando com terras pertencentes a sucessores de Cipriano M. de Campos, com percurso retilíneo a rumo SW 5°00'NE e mediu-se 186,00m, até encontrar o limite do acostamento da rodovia PR-460 na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica constituída pelo limite do acostamento da rodovia PR-460, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Maria Berger da Silva e outros. Mediu-se 432,00m até encontrar uma cerca de arame na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha poligonal perimétrica por uma cerca de arame rumo SW 34°00'NE. Mediu-se 18,00m até encontrar o marco IV. Deste marco, segue por uma linha seca perimétrica por percurso retilíneo acompanhando a Av. Manoel Moreira Campos, com o rumo de NE 18°30'SW, mediu-se 665,00m até encon-

trar a rua Antônio França. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela rua Antônio França, confrontando com terras pertencentes a sucessores de Maria Berger da Silva, com percurso retilíneo e a rumo SE 71°30'NW e mediu-se 353,00m, onde encontra-se a esquina com a rua Emílio de Campos, deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela rua Emílio de Campos com percurso retilíneo a rumo de SW18°30' NE. Mediu-se 120,00m até encontrar a esquina da rua Alípio Marcondes na linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela rua Alípio Marcondes, com percurso retilíneo a rumo de SE71°30'NW e mediu-se 70,00m até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica com percurso retilíneo com o rumo de SW18°30'NE mediu-se 220,00m, até encontrar a rua João de Deus Biscaia. Deste ponto, segue por uma linha seca perimétrica com percurso retilíneo acompanhando a rua João de Deus Biscaia com rumo SE71°NW, mediu-se 52,00m até a linha perimétrica. Deste ponto segue pela linha perimétrica constituída pelo prolongamento da rua Eugênio Branco com rumo de SW18°30'NE mediu-se 55,00m onde encontra-se a Estrada para o Cerro Verde. Deste ponto, segue pela linha perimétrica constituída pela estrada que se dirige para Cerro Verde, com o rumo de SE87°30'NW mediu-se 66,00 m até a linha perimétrica. Deste ponto, segue pela linha seca poligonal perimétrica confrontando com as terras do imóvel denominado Butiá, com os rumos sucessivos de SE1°30'NW mediu-se 80,00m a rumo de SE23°30'NW, mediu-se 64,00m até encontrar a linha perimétrica, na divisa com terras de Cipriano M. de Campos. Finalizando, segue pela linha perimétrica com percurso retilíneo, confrontando com terras pertencentes aos sucessores de Cipriano M. de Campos, com rumos sucessivos de SW83°30'NE mediu-se 28,00m a rumo de SW75°00'NE, mediu-se 62,00 a rumo SW69°00'NE, mediu-se 260,00m até encontrar o P.P.O.M.I., descrito na inicial onde começou e encerra a descrição.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de resolução que visa criar o Município de Palmeirinha, já foi aprovado por esta Casa de Leis, cumprindo todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar n° 56/91, tendo sido autorizado pelo Tribunal Regional Eleitoral - TRE, o plebiscito para o dia 10 de dezembro próximo. Posteriormente, este resultado será anexado a este projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 509/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) EDGARD BUENO

JUSTIFICATIVA:

Ostomia, como todos sabem, é a abertura artificial no organismo, através de uma cirurgia para a ingestão ou excreção.

O Núcleo Regional dos Ostomizados do Oeste do Paraná é notadamente uma entidade nobre, pois os ostomizados são pessoas gravemente enfermas, e que necessitam da assistência e orientação para a sua reintegração na sociedade.

O Núcleo procura fornecer amparo psicológico, físico, espiritual e social àqueles que sofrem desse mal, bem como prover cada ostomizado de conhecimentos que envolvem o auto-cuidado, transmitindo-lhe toda e qualquer informação que venha a lhe proporcionar vida mais confortável e natural.

É por essas nobres realizações que o Núcleo dos Ostomizados do Oeste do Paraná merece o apoio deste Casa de Leis, para que seja declarado de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI N° 510/95
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° - Ficam alterados os § 2°, 3° e 4° do art. 12 da Lei n° 9887 de 30 de dezembro de 1991, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - ...

§ 1° - ...

§ 2° - A gratificação de incentivo prevista no art. 11 da Lei n° 9887 e o Decreto Lei n° 10509 de 27 de outubro de 1993, será atribuída aos docentes titulares ativos e inativos, nomeados anterior à Constituição Federal de 1967, mediante requerimento; às demais categorias docentes do Ensino Superior, será assegurado o percentual de titulação conforme ato de nomeação.

§ 3° - Fica assegurado o benefício deste artigo aos docentes que tenham requerido aposentadoria, com o pedido protocolado até 31.12.95, e àqueles que nesta mesma data tivessem tempo de serviço suficiente para se aposentarem.

§ 4° - Fica igualmente assegurado os benefícios deste artigo aos beneficiários

de pensão, deferidas até 31 de dezembro de 1995."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95

(a) JOEL COIMBRA

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 9887/91, desconsiderou o Parecer 189/91 da P.G.E., que definiu o assunto em questão, solicitado pela própria SEAD em Ofício n° 01/91, dirigido a Procuradoria Geral do Estado, protocolo integrado n° 895.923-4 em 15.02.91, discriminando os Professores Catedráticos (atual nomenclatura Titular), com provimento legal, normal e regular, conforme legislação específica da época em que se efetuou, exarado pelo Conselho Federal de Educação.

Ocorre que os docentes inativos detinham o provimento do cargo de professor titular, no transcorrer de sua vida profissional, nomeados para o cargo de Professor Catedrático, tendo em vista Parecer Específico do Conselho Federal de Educação, e que na época era a Titulação e exigência máxima, sendo legislação específica, existente para o provimento normal e regular do cargo de docente no Ensino Superior Estadual.

A referida Titulação foi solicitada ao Conselho Federal de Educação para a composição do corpo docente das Instituições de Ensino Superior e obtida em pleno exercício de atividades do Magistério Superior Estadual. Vale na oportunidade transcrever o texto do artigo 12 da Lei n° 9887 de 27.12.91.

"Os benefícios desta lei são extensivos no que couber aos aposentados na forma do artigo 143 - Lei n° 6.174/70 com redação que lhe foi dada a Lei Complementar n° 21 de 26.10.84, combinada com os artigos 5°, inciso XXXVI e 40, inciso III, letra b, e § 4° do mesmo artigo da Constituição Federal de 1988 e respectivo ato de inativação".

Por sua vez, o artigo 143, da Lei n° 6.174/70, com a redação da Lei Complementar n° 21 é claro:

"Os proventos da inatividade serão revistos sempre que houver alteração de vencimentos, vantagens, bem como modificações na estrutura dos cargos efetivos de pessoal ativo de categorias equivalentes e nas mesmas condições" e vem completado pelo artigo 2° da mesma lei complementar.

O disposto no art. 143 da Lei n° 6174/70 aplica-se aos servidores aposentados antes da data desta Lei.

A Constituição Federal de 1988, diz no Art. 40, inciso III, letra d e § 4°:

"Os proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendido aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria."

O Parecer 189/91 da PGE solicitado pela SEAD-Ofício nº 01/91 - protocolo integrado nº 895.923-4 em, 14.02.91, no tópico das páginas 05 e 06, define juridicamente a matéria em questão, assegurando aos nomeados anterior ao Decreto Federal 465/69. Aos titulares a percepção mensal de titulação, aos que tenham sido nomeados anterior a Constituição Federal de 1967.

Muito justo, pois o Decreto Federal 465/69 só exigiu Pós Graduação aos postulantes do Magistério Superior após 1969, quando a estes já lhes havia sido assegurada a Vitaliciedade aos Catedráticos (atuais titulares) e a Estabilidade, nomeados anterior a Constituição Federal de 1967.

PROJETO DE LEI Nº 511/95
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 7745 de 13 de outubro de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Ação Social São Vicente de Paulo, mantida pela Província Brasileira da Congregação das Irmãs (Filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo, com sede e foro na cidade de Toledo, Estado do Paraná."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27.11.95.

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se com o presente projeto de lei, simplesmente, introduzir a nova denominação da entidade beneficiada com a Utilidade Pública.

Conforme documentação anexa, Certidão dos estatutos e Certidão da Ata da 62ª Reunião da Diretoria, a entidade Ação Social São Vicente de Paulo passou a ser filiada à Província Brasileira da Congregação das Irmãs (Filhas) da Caridade de São Vicente de Paulo, com a denominação social de Ação Social São Vicente de Paulo, mantida pela Província Brasileira da Congregação das Irmãs (Filhas) de Caridade de São Vicente de Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - En-

cerrada a leitura do Expediente.

Antes de passarmos ao Pequeno Expediente, é com satisfação que associando-se ao ilustre Deputado Colombo, registramos em nosso meio a presença do Ilustríssimo Senhor Ildo Dalposo, Secretário da Educação do Município de Matelândia, que vem desenvolvendo um belíssimo trabalho de encontro com a Educação não só do Município, mas de todo o Estado do Paraná.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente ao Senhor Deputado Nelson Tureck, primeiro orador inscrito.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Também presente o Deputado Federal Ricardo Barros, que tem feito um grande trabalho em prol do Paraná, e principalmente na região que representa CONCAM, Ricardo Barros tem atendido aos nossos vinte e oito municípios que compõem aquela região.

Agradecemos a sua presença nesse Plenário, e que, realmente o seu trabalho tem engrandecido o Estado do Paraná, lá na Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem um requerimento entrando nesta Casa de Leis, e pedindo apoio dos nobres Deputados, onde um requerimento que nós solicitamos ao Senhor Hermas Brandão, a adoção de medidas cabíveis, indispensáveis, no sentido de proceder o desenvolvimento da pequena propriedade rural, na região Centro-Oeste do Estado do Paraná.

(Lê):

"Preocupados com a evasão do homem do campo, principalmente dos pequenos produtores rurais para os grandes centros urbanos, Prefeitos e Vereadores e lideranças comunitárias da Região Centro Oeste do Estado, englobando os Municípios de Roncador, Palmital, Pitanga, Iretama, Nova Cantu, Mato Rico e Nova Tebas, reuniram-se determinados em contribuir com a recuperação das pequenas propriedades e no interesse de debater sobre a viabilidade de atividades com as quais conseguiria-se a curto, médio e longo prazo, uma melhoria da qualidade de vida para os pequenos produtores rurais.

Das várias atividades que foram debatidas para os municípios destacaram-se a criação do bicho da seda (sericultura), a bovinocultura de leite, a avicultura, a suinocultura, a piscicultura, a apicultura, a fruticultura e as culturas de ervamate e da mandioca, cuja expressão de renda é muito maior do que aquelas praticadas com as culturas de feijão, milho, arroz e algodão.

O interesse comum dos municípios pelos projetos referidos vem de encontro aos

planos do Governo Estadual, onde busca-se a diversificação da propriedade, a qualificação da mão-de-obra da propriedade rural e a criação de novos empregos rurais. Com o decorrer dos anos, trabalhando com as culturas tradicionais e de maneira extrativista, o esgotamento do solo, foi inevitável, ocasionando a baixa produtividade das lavouras e o pequeno produtor não está conseguindo sobreviver com a lucratividade do campo, entrando desenfreado na cadeia da pobreza.

Pretendendo melhorar as condições de vida do produtor rural e considerando a verdadeira realidade dos municípios mencionados, o presente requerimento visa o auxílio de subsídios permutáveis para a reestruturação do pequeno produtor.

Os municípios a serem beneficiados são essencialmente agrícolas, com 70% da população residindo na zona rural e 30% na zona urbana, na zona rural 80% são pequenos produtores, com áreas inferiores a 12 ha dependendo exclusivamente das culturas do algodão, milho e feijão.

A agricultura de uma maneira geral, encontra-se em uma fase difícil, esta dificuldade na região é agravada pelo fator topográfico (áreas de declive muito acentuado), aptidão do solo e comercialização de vários produtores.

Com o surgimento de doenças na cultura do algodão (o vermelhão) e com as excessivas precipitações pluviométricas ocorridas no mês de janeiro que concederam praticamente 50% do algodão da região devido a não realização de tratamentos culturais adequados e ocasionaram o definhamento da cultura, foram prejudicados não somente os produtores mas toda a sociedade envolvida com a cultura, algumas empresas e cooperativas que trabalham com a fiação de algodão não puderam utilizar suas máquinas. As matérias-primas foram encaminhadas para a sede, como é o caso da COAMO (Cooperativa Agropecuária Mourãoense), ocasionando menor geração de empregos no município produtores.

A diminuição da produção levou a menor arrecadação e menor movimentação no comércio local.

Outra cultura de expressão na região, o feijão, foi prejudicado pelas chuvas torrenciais que levaram a perda de quase 50% da produção e teve a sua comercialização prejudicada pela péssima qualidade do produto final."

Senhores Deputados, nós vemos aí aprovado, nesta Casa de Leis, já em 3ª. Discussão, o plano do Governo, que diz respeito ao Banco Interamericano, verbas para o Paraná Doze Meses, e que, aonde a pequena sociedade vai ter todo o incentivo do Governo do Estado aonde o Governo vai estender a sua mão para que aquele pequeno

agricultor trabalhe, com todo o carinho e que tenha todo o respeito, toda a fraternidade do Governo do Estado do Paraná e isso é muito importante.

E fazemos neste exato momento, esse requerimento, em prol dessa região Centro-Oeste do Estado do Paraná, onde ainda existem tantas pequenas propriedades, tantos heróis agricultores que ali ainda ficam na sua pequena propriedade, sustentando a nossa região.

Senhor Presidente, temos um ofício aqui, também já falamos nesta Casa de Leis, um ofício dirigido, ao Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, também ao Ministro José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Vou lhe conceder o horário do PDT, para continuar sua belíssima e oportuna locução.

O SR. NELSON TURECK - Muito obrigado, Senhor Presidente.

Temos aqui um Requerimento, já de um comentário de um pronunciamento que nós fizemos nesta Assembléia.

O encaminhamento dirigido ao Senhor Presidente da República, o Senhor Fernando Henrique Cardoso, também ao Ministro da Fazenda, também, ao José Serra, e ao Pedro Malan.

É um ofício, aonde contém sugestões dos produtores de algodão do Estado do Paraná. E aqui, nós temos a justificativa.

Visando incentivar a produção de algodão em caroço, os produtores do Paraná sugerem modificações na política que regula a importação e exportação do produto.

Por quê isso Senhores Deputados?

Porque quando o Paraná, quando o Brasil vai exportar os produtos, o Paraná, o Brasil paga 13%, e quando este produto é importado ninguém paga nada, ele vem isento.

Então não achamos justa esta medida e que precisa realmente ter uma equalização.

(Lê):

"Segundo os produtores é necessário:

- Rever e comparar as alíquotas de importação e exportação, bem como promover a equalização dessas alíquotas. Dessa forma, estar-se-á promovendo a valorização do produto nacional, hoje preterido pelo estrangeiro, que oferece incentivos e juros baixos.
- Vincular os resultados a operações que permitam ao governo federal manter o estoque estratégico para a indústria têxtil, para um mínimo de dois meses, o que poderá resultar na geração de novo mercado para o algodão em pluma.
- Definir a alíquota de importação com a participação das cooperativas, maquinis-

tas, produtores e exportadores.

- Suspender as importações no primeiro semestre de cada ano, para priorizar o algodão nacional.
- Liberar as importações no segundo semestre de cada ano, quando os produtores estrangeiros colhem a sua safra.
- Limitar as importações apenas para a indústria têxtil, de acordo com o consumo semestral, observando a planilha das indústrias: quanto importa e quanto consome no mercado interno.

A adoção dessas medidas concorrerá significativamente para o crescimento da cultura algodoeira, pois abrirá um segundo mercado, o de negócio à vista, que agilizará o escoamento da produção; um terceiro mercado, o das empresas de exportação e importação do mercado mundial, e um quarto mercado, para o algodão em pluma."

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se nós equalizarmos esses produtos na importação e exportação, teremos um incentivo maior aos nossos produtores de algodão, principalmente no nosso Estado, aonde teremos mais empregos para o nosso povo e aonde o Paraná será um Estado que produz mais.

Portanto, é uma solicitação justa, não só deste Deputado, mas também dos outros demais Deputados que representam esta Casa de Leis.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Antes de passarmos ao próximo orador inscrito, ilustre Deputado José Tavares, anunciamos a presença do Deputado Federal, Ricardo Barros que mais uma vez, como faz costumeiramente, aqui se encontra em nosso meio, levando reivindicações e principalmente apoio à família paranaense na sua representação na Câmara Federal, em Brasília.

Com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No dia de hoje entra em vigor em todo o Brasil a lei que institui os Juizados Especiais em nosso País. Esta Lei foi motivo de ampla discussão no Congresso Nacional e é de autoria do eminente Deputado Michel Temer, ilustre Líder da Bancada do PMDB na Câmara dos Deputados.

Esta Casa, diante deste projeto que agora se transformou em lei, formou uma Comissão Especial da qual este Deputado era o seu presidente para discutirmos a implantação dos juizados especiais aqui no Paraná.

Na oportunidade, esta Comissão que tinha também dentre os seus componentes os representantes do judiciário, um outro do Ministério Público e um outro da Ordem dos

Advogados do Brasil, seção do Paraná, entendeu que não devia continuar nos seus trabalhos antes da aprovação da matéria a nível nacional.

Portanto, hoje estamos assistindo, e é a razão do meu pronunciamento, até para registrar este importante acontecimento, o início, a entrada em vigor, da Lei que institui os Juizados Especiais em nosso País. No âmbito do Estado do Paraná o que está ocorrendo? O egrégio Tribunal de Justiça designou uma comissão de Desembargadores, para redigir o anteprojeto de lei, a ser encaminhado a esta Casa, que viria a partir da sua aprovação, por este Parlamento, implantar em caráter definitivo com base na Lei Federal, que hoje também entra em vigor, os Juizados Especiais em nosso Estado.

Por que volto à tribuna mais uma vez para discorrer sobre esta matéria? A razão é muito simples, não há um único Deputado nesta Casa, não há um único cidadão homem ou mulher neste Estado que não concorde ou que não entenda, que a justiça em nosso País tem sido muito morosa, que nós temos que fazer algo para agilizar o Processo Judiciário Brasileiro.

O Juizado Especial implantado no Brasil, prestes a ser implantado em nosso Estado, virá agilizar o processo judiciário, porque vai cuidar especificamente de causas na área civil de menor complexidade, o número é muito grande de matérias como esta que tramita nos Tribunais, que tramita nas Comarcas, vem também cuidar das chamadas infrações penais de menor potencial ofensivo, que também abarrotam o judiciário, que também faz crescer o volume de matérias criminais, sob análise das Comarcas dos Juizes e dos Tribunais, sobretudo do Tribunal de Justiça do nosso Estado.

A partir do momento em que votarmos aqui a Mensagem que o Egrégio Tribunal de Justiça enviar a esta Casa estaremos dando uma grande contribuição na agilização do Processo Judiciário em nosso Estado, como exemplo, citaria no âmbito da área civil, as matérias relacionadas com danos causados por acidentes de trânsito, assuntos relacionados com as questões condominiais, problemas que envolvem a Lei do Inquilinato, ações de despejo, dentre outras e, na área criminal, contravenções penais todas, destacando-se dentre elas a contravenção do jogo do bicho, delitos de menor importância como o adultério que é algo que está a caminho da descriminalização neste País, mas ainda constitui figura delituosa do nosso Código Penal, crimes contra a honra e sobretudo os crimes considerados crimes de lesão corporal de natureza leve ou grave, que é em grande quantidade hoje e ocupam o nosso Poder Judiciário e muitas

vezes estas infrações são responsáveis pela demora da agilização do processo judiciário, de outras ações delituosas.

Portanto, matéria da maior importância e esta Casa não pode ficar indiferente e por isso mesmo, nós estamos usando a tribuna mais uma vez, para fazer este importante registro.

Uma outra matéria, Senhor Presidente e nobres colegas, que me traz à tribuna, é para fazer um apelo ao Governo do Estado, ao Secretário de Segurança Pública e também porque não dizer, ao Secretário da Justiça e da Cidadania.

Na gestão do Governador Requião, durante o período em que tive a honra de ser o seu Secretário da Justiça, nós construímos em prazo recorde uma penitenciária, que é a penitenciária modelo em Londrina, fizemos uma obra de 5 mil metros quadrados de construção e não é uma obra apenas de 5 mil metros quadrados, ela tem na sua grande totalidade uma parte de concreto, porque parte abriga as celas e a parte prisional.

Portanto, obra de concreto armado de segurança máxima, conseqüentemente mais cara e mais demorada, mas fizemos em um ano algo inédito neste País, são muitos os Estados da Federação que estão há anos, há décadas tentando construir uma penitenciária e não conseguem concluí-las.

Nós fizemos em um ano, entregamos à população de Londrina e do Norte do Paraná, deixamos em construção em fase adiantada uma outra semelhante em Maringá, que, segundo informações, o Governador Jaime Lerner deverá estar inaugurando esta obra no início, no primeiro trimestre do ano de 96.

É com esta autoridade que estamos aqui, Senhor Presidente, para fazer um apelo ao Governo do Estado, no sentido de agilizar a execução do projeto de construção da nova cadeia pública na cidade de Londrina.

Londrina tem a sua penitenciária para abrigar e está resolvendo o problema dos presos condenados, conforme determina a Lei de Execuções Penais, mas Londrina ficou sem a sua cadeia pública para os presos provisórios, e hoje a situação é insustentável no que diz respeito ao cumprimento da pena para os presos que estão aguardando julgamento; a atual capacidade carcerária de Londrina, dos três Distritos que abrigam esta população prisional, e o Deputado Alborghetti sabe disso, Deputado Belinati sabe disso, a quem nesse momento quero fazer um apelo também como companheiros de Parlamento, e como companheiros de representação de Londrina, três Distritos apenas dos cinco que Londrina dispõe, é que estão em condições de abrigar a população prisional, mais especificamente

os presos provisórios.

Tem uma capacidade para 80 presos e hoje chega a casa dos 150 presos, que estão ocupando os três Distritos Policiais de Londrina.

A situação é insustentável. Conversava este final de semana com alguns policiais, eles me diziam o seguinte: Olha Deputado Tavares, o Senhor que conhece muito bem esta realidade prisional de Londrina e do Estado do Paraná, sabe muito bem do que vou dizer aqui, eles me diziam que a situação é um verdadeiro inferno a vida que levam os presos provisórios nas celas dos distritos policiais de Londrina.

E é bom destacar nesta oportunidade que o Secretário Edson Vidal, numa viagem a Londrina, enfrentando esta problemática que envolve a questão prisional daquela cidade, assumiu o compromisso na época, e não sei se é de sua responsabilidade porque entendo que cadeia pública é de responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública.

Mas, Sua Excelência o Secretário de Justiça assumia na oportunidade um compromisso de viabilizar a execução do projeto de construção da cadeia pública de Londrina.

Pois bem, estou aqui para fazer um apelo ao Deputado Algaci Túlio, que é o Líder do Governo, homem sensível, preocupado com a questão de segurança em Curitiba e do Paraná, aos Deputados de Londrina, aos quais já me referi, que se somem também conosco nesta luta junto ao Governo do Estado, sobretudo os Deputados Alborghetti, Beto Richa e Antonio Belinati, que são Deputados que têm ligações históricas com Londrina e que têm acesso fácil ao Palácio Iguazu, no sentido de convencer o Governador Jaime Lerner, que tem demonstrado ser um homem sensível a questões como esta, no sentido de se construir o mais rapidamente possível na Cidade de Londrina, uma cadeia pública para evitarmos problemas graves, sérios, lamentáveis, que vez ou outra ocorrem nas prisões deste Estado.

Em Londrina a situação não é diferente, os distritos, repito, nobres colegas, têm capacidade para, no máximo, 80 presos, e estão com uma população de 150 presos provisórios. E do jeito que as coisas estão, nós a qualquer momento, poderemos presenciar atos de rebelião, atos de violência, e que aí então, é que nós todos vamos, de repente, nos depararmos com um problema tão sério como este.

Portanto, quero reafirmar esse apelo ao Governo do Estado, que não esqueça de Londrina, que dê a Londrina o peso que ela merece, a segunda cidade do Estado do Paraná, uma cidade que vem dando a sua parcela expressiva de contribuição ao Estado e construa uma cadeia pública, o mais rá-

pido possível, uma cadeia que tenha condições de dar ao mesmo tempo segurança à população e resolver definitivamente a apreensão que hoje toma conta dos bairros de Londrina, aonde estão situados os três distritos policiais que abrigam esta população de presos, sem a menor condição de segurança e sem a menor condição humana.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Próximo orador inscrito e para não interromper o ilustre Deputado José Tavares, concedemos, na sua fala, alguns minutos da Liderança do PMDB.

Deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO - Sr. Presidente, Luiz Carlos Zuk, Sra. Deputada, Srs. Deputados.

Quero ler para os Senhores o requerimento que foi aprovado na Câmara Municipal de Umuarama que encaminha a este Deputado, o Sr. Presidente Genésio Alves da Silva, Presidente daquela Casa de Leis, em que o Vereador Osni Miguel Santana, com bastante propriedade, escreve o seguinte.

(Lê):

"REQUERIMENTO N° 182/95

Os conservadores são engraçados: quando o povo exige seus direitos, negam-se a fazer mudanças, porque dizem que não se pode agir sob pressão. Quando não há pressão não fazem mudanças, porque acham que o povo está contente.
Senhor Presidente.

O vereador abaixo assinado, no uso de suas atribuições, requer o envio de Votos de Solidariedade às famílias de sem-terras que no último dia 8 sofreram violento despejo no Município de Santa Isabel do Ivaí, no Noroeste do Estado. O Governo, através do DER - Departamento de Estradas de Rodagem, em atitude inédita no Paraná, promoveu a desocupação dessas famílias do acostamento da Rodovia PR-218, em frente à Fazenda Saudade, declarada de interesse social para fins de reforma agrária em 25 de março de 1995 pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Segundo a imprensa, a área, de 1022 hectares, está registrada em nome de Deybe Mascarello, de 16 anos, que mora em São Paulo e é filha de Romeu Mascarello, o qual possui outras 28 fazendas na região. A Fazenda Saudade, improdutiva, não foi desapropriada ainda pelo INCRA porque a proprietária conseguiu liminar na Justiça Federal suspendendo o ato. Para Francisco Graziano Neto, Presidente do INCRA, a desapropriação é questão de tempo apenas.

Houve precipitação de decisões no despejo, como reconhece o Governador Jaime Lerner. As vítimas denunciavam que a Polícia

Militar atuou deliberadamente para intimidar o Movimento dos Sem-Terra e a luta pela reforma agrária.

O saldo de feridos por espancamentos brutais e tiros de armas de fogo mostra o exagero da ação policial. As imagens das reportagens do 'Jornal Nacional', da Rede Globo, também são muito eloquentes, como escreve o jornalista Clovis Rossi:

'Foi o momento em que quatro líderes dos sem-terra chegaram ao local, em um veículo velho, foram cercados por policiais de armas apontadas e obrigados a descer.'

'Em seguida, depois que os quatro já estavam dominados, um dos policiais humilhou um dos sem-terra, puxando-o pela barba mais de uma vez - sempre diante das câmeras.'

'Aí, não se trata da palavra da polícia contra a palavra dos sem-terra, mas do olho implacável da câmera, a exibir a enésima cena de prepotência de um policial contra um cidadão humilde.'

'Se é isso que o secretário paranaense chama de tranquilidade, cautela e prudência, Corumbiara vai parecer refresco quando a sua polícia atuar com intranquilidade, sem cautela e de forma imprudente.'

Até o Presidente Fernando Henrique Cardoso declarou-se constrangido ao ver nos jornais as imagens do conflito. Que não diria ele se pudesse ouvir pessoalmente o depoimento do sem-terra Wilson Braun, de que depois de algemado e espancado, com o rosto enterrado na lama, recebeu um tiro no joelho, 'para não invadir fazendas mais'?

Apesar do despejo injusto e violento, porém, sirva o acontecimento de alerta para que o diálogo, a negociação e a boa vontade entre as partes, com intermediação serena das autoridades tornem-se meio eficaz de solucionar os conflitos de terra no Noroeste e em todo o Paraná. Este Estado tem vocação agrícola e os sem-Terras nada mais querem do que terra para produzir, para trabalhar e sobreviver.

De modo nenhum devem os sem-terra ser tratados como marginais e bandidos, "invasores profissionais" ou "vagabundos". Muito menos devem ser alvos, como os despejados de Santa Isabel do Ivaí, de armações que tentam justificar os erros das autoridades. Oxalá muitas pessoas tivessem a consciência e o ideal de vida que eles têm, ao invés de desânimo e acomodação.

A motivação de luta que os sem-terra possuem deve ser canalizada para o trabalho, para aumentar a produção rural, dinamizar a economia de municípios como Santa Isabel do Ivaí e região, gerando empregos e mantendo o pequeno agricultor em seu meio natural. Os assentamentos rurais são a forma mais barata e eficiente de comba-

ter a miséria e recuperar a dignidade dos excluídos.

Com a compreensão de que o povo deve se organizar para exigir seus direitos e que os sem-terras fazem isso de modo exemplar, expressa a Câmara Municipal de Umuarama solidariedade para com as dezenas de famílias de sem-terra despejados em Santa Isabel do Ivaí, e, por extensão, a todos que lutam e apoiam a luta do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

(a) OSNI MIGUEL SANTANA

Vereador do PT"

Isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, era para mostrar que tem mais Poderes do Legislativo nos casos municipais empenhados, como é essa Assembléia para que a Reforma Agrária realmente aconteça, manifestando apoio ao Movimento dos Sem-Terra.

Ainda no que trata essa questão, vale a pena lembrar, hoje pela manhã, estivemos na companhia de quatro Prefeitos, de Divinópolis, Nova Laranjeira, Rio Bonito do Iguaçu e Cantagalo, com a liderança do Presidente da COARB, uma cooperativa de reforma agrária de Cantagalo, fundada pelos sem-terra de Cantagalo, e ainda o pessoal da RUERP, que é ligado ao movimento sem-terra que apoia subsidiariamente, com informações aos sem-terra, reunidos ali, tratado com o Secretário Hermas Brandão e seus técnicos de um projeto pioneiro, no Estado do Paraná, que é a criação de condomínios rurais. É uma novidade, em termos de agricultura, baseado na experiência organizacional dos sem-terra.

No processo de luta eles formam um núcleo que passa a trabalhar comunitariamente, nos assentamentos. Essa mesma estrutura, esse mesmo espírito comunitário forjou um processo coletivo, bem uniforme, bem solidificado, que tem trazido resultados maravilhosos.

O condomínio rural é uma experiência que está tentando ser implantada na região Centro do Estado do Paraná, ali naquela região de Cantagalo e arredores, e estimulando-se ali a vocação leiteira de alguns agricultores, tentando dar condições de produção uniforme, todo ano, e com qualidade para poder competir com o leite de outras regiões e inclusive de outros países, já que tratamos da integração do MERCOSUL.

Condomínio rural é uma palavra que vem de dentro do movimento sem-terra, está sendo matéria do Legislativo Federal, porque é uma experiência e precisa de uma readequação jurídica, por ser uma experiência nova, inusitada, que vem da luta popular. Mostra que temos que valorizar a luta popular quando ela é autêntica, revolucionária, para mudar os instrumentos jurídicos e sociais e também, por sua vez, forçando os políticos a inferir nestes

instrumentos para sua modificação.

Também dessa reunião com o Secretário da Agricultura e seus técnicos, saiu um requerimento que será votado daqui a pouco, e peço o apoio irrestrito e unânime de todos os Srs. Deputados e também da Mesa Executiva dessa Assembléia, para o pleito do próprio Secretário da Agricultura do Estado do Paraná, que quer parcela do recurso do PRONAAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar, que seja parcela desse recurso destinada ao próprio Banco do Estado do Paraná, atendendo aos programas diretrizes do Poder Executivo, naquilo que tange à agricultura familiar.

E aí, Deputado Toti Colaço, acho que entra o nosso apoio político para esta questão, que seja apoiada por nós, como também quando o dinheiro for, de fato, ao Banco do Estado do Paraná, para aqueles mini-fundiários em Irati, a exemplo da minha cidade e outras tantas do Estado do Paraná, isso porque o Banco do Estado do Paraná vai liberar com mais rapidez o recursos e sintonizado com a realidade do local. Não querendo menosprezar o excelente serviço do Banco do Brasil, mas tem uma lentidão maior e não está em perfeita sintonia com os programas do Executivo estadual.

Então queremos, o apoio dos Senhores nos vários embates que teremos aí, nas Comissões, que o recurso PRONAAF deve entrar pelo BANESEADO. Já recebi o apoio tácito e o compromisso de divulgação por parte do bloco agropecuário, através de seu Presidente, Deputado Orlando Pessuti, também nosso Presidente da Comissão de Agricultura, Augustinho Zucchi, e também por parte do PDT, Waldir Rossoni.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Lei Federal nº 7.210/84, que regulamentou a execução penal no meu país, houve por bem descentralizar naquela época o cumprimento da pena, conforme o expert, Deputado José Tavares. Digo expert porque o Deputado José Tavares, apesar de ser perseguido e rasgaram naquela época a Constituição Brasileira na sua cara, digo cara no bom sentido, o Deputado José Tavares que caminhou comigo nos bons caminhos do antigo MDB do Paraná, ao lado do Senador José Richa, ao lado de tantos companheiros inesquecíveis, quando passávamos maus momentos nas mãos dos homens que se consideravam estadistas, que foi a época do regime militar.

Digo que V.Exa. é um expert no assunto, porque V.Exa. fez a Constituição do meu País, tive a oportunidade de fazer a Constituição do meu Estado e para felicidade minha, tê-lo como amigo é uma honra, ter os seus filhos e os meus entrelaçados, é uma honra e considero V.Exa. um expert porque foi Secretário da Justiça, da Cidadania e entende sobre execuções penais.

Naquela época, a Lei nº 7.210 autorizou os Estados a criarem a Vara de Execuções Penais nas regiões de maior população carcerária, hoje diria Curitiba e Londrina, depois iria para Cascavel a Capital do Oeste do Paraná e pela Constituição Federal de 1988, competente a União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre Direito Penitenciário. Invocaria aqui o artigo 24, Inciso I cabendo à União as normas gerais e aos Estados, inclusive a legislação suplementar, invocaria aqui o artigo 24 Inciso II, o qual V.Exa., Deputado José Tavares já sabe de cor.

No entanto o Estado do Paraná, lamentavelmente, digo lamentavelmente porque entra Governo, sai Governo e até hoje está inerte a este respeito, sem nenhuma legislação, digo legislação suplementar, desde o dia 13.09.85, através da Resolução nº 4/85 que estabeleceu a competência exclusiva da Vara de Execuções Penais de Curitiba, veja bem, de Curitiba, estamos esquecendo Londrina, Cascavel para execução das penas privativas de liberdade nos regimes fechados, especial e semi-aberto.

É muito pouco, Srs. Parlamentares, ilustre Presidente Anibal Khury que agora assume a presidência desse Parlamento e é muito interligado ao Poder Judiciário deste Estado, aliás tem feito da sua vida legislar também pelo Poder Judiciário e é muito bom caro, ilustre Deputado Anibal Khury que V.Exa. nos ajude, ao Deputado Tavares, ao Deputado Alborghetti, ao Deputado Edgard Bueno e a todos aqueles que lutam pela Vara de Execuções Penais.

Mas não quero ser aqui o dono da verdade, primeiro Curitiba, segundo Londrina, e como disse o Deputado José Tavares agora a pouco na tribuna, Londrina, senhores, é a segunda maior cidade do Estado do Paraná, Londrina é a capital da amizade, do respeito, do trabalho, da dignidade, do pé vermelho, da produção, é a capital das grandes indústrias, que o Prefeito Luiz Eduardo Cheida está levando para a minha cidade, que eu não a tive como berço mas me orgulharia de ter como túmulo o meu Estado do Paraná.

Existem, na capital, mais de sete mil processos em andamento nas duas áreas de execuções, o que evidentemente torna-se um martírio não só para os meritíssimos juízes, promotores, a laboriosa Ordem dos Ad-

vogados do Brasil, mas principalmente para o condenado que muitas vezes é obrigado a cumprir pena além da sua condenação em razão do acúmulo de serviços dos cartórios e a demora burocrática. Este País tem que acabar com a burocracia que é a demora burocrática da justiça.

É a alegação pura e simples, Senhores Parlamentares, da garantia constitucional que é prevista no Artigo 5, inciso 55, que impõe o imediato relaxamento da prisão ilegal do Poder Judiciário.

O Estado, os senhores sabem que pode ser acionado por isso. Outro dia falou muito bem o Deputado Tavares, porque o preso, quando ele cumpre a sua pena, se ele não é solto imediatamente, pode ser o maior bandido do mundo, ele pode ser esturpador, latrocida, mas o Tribunal do Juri o condena. Foi condenado a 30 anos, se ele tem que cumprir 30 anos, após isso ele não pode ficar sequer um dia preso; já pagou pelo crime que cometeu perante a sociedade.

E dizia muito bem nos seus debates, nesse ano de 1995 o Deputado José Tavares ao meu lado, e eu prestava muita atenção no que ele dizia, tanto é que passei aqui uma série de dados do que ele falava naquela tribuna, neste Parlamento, sobre a Vara de Execuções Penais, o elemento que cumprir a pena, e se ele ficar mais um ano, ele pode se acionado, o Governo tem que pagar o tempo que ele está na penitenciária, se ele cumpriu 30, ficou 31, o Governo tem que indenizar.

Acho que o Deputado José Tavares há de concordar comigo, que o governo pode, tem que indenizar o preso se ele for além da sua condenação. E o Estado pode ser acionado; só não aciona o preso que é mal orientado. Aliás, na época em que o Deputado Tavares foi Secretário de Justiça, ele dizia uma vez no meu programa de televisão que o que faltava neste Estado é a orientação.

Nós não temos a campanha esdrúxula, cretina, imbecil, gastaram 6 milhões de dólares para dizer que o "Bráulio" tem que usar camisinha, uma bricadeira estúpida, enquanto o hospital das Clínicas, o Hospital Universidade de Londrina está à beira da falência, e gastaram 6 milhões de dólares para aparecer lá, com todo o respeito que tenho à classe artística, aparece um cara lá, o Bráulio, como é que vai, boa noite, Bráulio.

Com tanta propaganda, acho que lá falta de produção ou falta de cabeça para se produzir algo mais interessante. Deveríamos ensinar também todos aqueles que o preso, depois que cumpre a sua pena, se for condenado além, ele pode ser indenizado pelo Estado, não é isso Deputado Tavares. Ele pode ser indenizado pelo Estado,

o Estado pode ser acionado para isso.

Aliás, os advogados são unânimes em afirmar, preso que fica mais tempo do que deveria ficar, tem que ser indenizado, não deve ser, tem que ser indenizado. O Paraná deveria ter descentralizado as áreas de execuções penais para regiões de maior população carcerária há muito tempo.

A criação da Vara de Execuções Penais em Londrina é uma necessidade, é um pedido antigo da própria sub-seção da Ordem dos Advogados do Brasil, seção Paraná, isso daria maior atenção aos presos e evitaria as rebeliões e revoltas, e isso tudo não depende de muitos recursos não, pasmem os Senhores, é só querer criar a Vara de Execuções Penais em Londrina, ou em Ponta Grossa, ou em Cascavel, terra do meu querido Zuk, em Apucarana, a Região do Deputado Miltinho Puppio, ou aqui na Região Metropolitana onde eu fiz vinte mil votos, que eu também tenho uma obrigação com a Capital, terra do meu querido Deputado Ricardo Chab.

Olha Chab, você sabe que é que basta para criar uma Vara de Execuções Penais só para atender a Região Metropolitana? Basta um cartório, um Juiz, alugo uma sala, ponho o Juiz, ponho o escrivão, uma máquina de escrever, um papel carbono. Não custa mais nada disso. Vocês sabem o que é que precisa em Londrina para se criar uma Vara de Execuções Penais? O Deputado Tavares sabe, eu e ele nós pagaríamos com o aluguel, alugaríamos uma sala em Londrina; os deputados de Londrina pagariam o aluguel. Em Ponta Grossa Deputado Joselito Canto, é a mesma coisa.

É só querer, o que falta é vontade política e vergonha na cara. Se não houver imediata descentralização das Varas de Execuções Penais para o interior do Estado, o povo vai acabar pagando pelo erro do Estado, que por sua vez é vítima daqueles que não cuidam dos direitos dos presos. E se o preso for indenizado, desde que acione a Justiça, o povo é que acaba sempre pagando, porque paga lá, o povo tem que arrecadar, o Governo tem que arrecadar para tirar as despesas. E isso acontece no Paraná e não deveria. Além do mais a centralização não é mais necessária no mundo moderno. Hoje em dia há fax, computadores, telefonia celular, que para mim é uma desgraça esse telefone celular, porque já estão gravando conversas de telefones celulares. Isso não pode nem ser usado, isso é um pepino grosso. Mas há todas as facilidades de comunicação.

Os argumentos em benefício da centralização nas Varas de Execuções Penais cai por terra. Quero ainda debater, eu e o Deputado Tavares muito, para V.Exas. entenderem, que cai por terra, até na mais simples análise de um estudioso em matéria

de judiciário, sabe que isso cai por terra. O Estado precisa cumprir a lei, e quando passa do prazo, o Estado tem que ser punido. Londrina, terra do Alborghetti, terra do Deputado Tavares, Belinati, terra de todos aqueles que lá tiveram os seus votos, tem o direito de ter uma Vara de Execuções Penais principalmente pelo fato de ter uma penitenciária estadual, conforme o Deputado Tavares falou. Mas se tem uma penitenciária e não tem uma Vara de Execuções Penais, isso é ridículo.

Por exemplo, Deputado Cezar Silvestri, eu acho que teríamos que nos unir em prol de uma Vara de Execuções Penais em Londrina, que seria o primeiro passo para descentralização no Paraná, porque quando o Deputado Tavares entrou com o pedido, aí já veio o Deputado Jocelito, já veio o Zuk, Cezar Silvestri, o Miltinho, o Deputado Edno, o Deputado Pessuti, já veio todo mundo. Se sair para Londrina nós queremos também. Mas é claro, é um direito que assiste aos senhores. Mas atrapalhou a nossa colherzinha, meu Deus do céu! Nós estávamos com a colher pronta, daqui há pouco houve "remelecho" aqui, o Deputado Anibal. Meu Deus, não vai dar. Se for para Londrina dá, corre o gabinete do Deputado Anibal - Anibal pelo amor de Deus; o Anibal é o pai de todo mundo, vocês já sabem.

Então quero dizer aqui o seguinte aos Senhores Deputados. Escrevi aqui a centralização das Varas de Execuções na Capital sempre foi ponto negativo na ressocialização do condenado em face dos entraves burocráticos. Gente, enquanto houver burocracia no país, enquanto não houver vontade política não vamos descentralizar as Varas de Execuções Penais. É obediente aos preceitos legais, regulamenta a descentralização de nome repercussão na execução da pena e atende a política moderna do penitenciarismo do Brasil. O que é política moderna? Será que eu sou burro? Será que sou idiota?

Existe uma política moderna, temos que nos modernizar, temos que acompanhar os países de primeiro mundo. Por que só ficar em Curitiba? Por que não atender Londrina? Primeiro Londrina, depois vamos gradativamente descentralizando.

Olha, para ter uma política moderna, como diz o Deputado Tavares, isso é uma luta minha, quando o Deputado Tavares não estava aqui neste Parlamento, é minha, Deputado, depois Vossa Excelência entrou, e eu fiquei aliviado, mas sem uma política moderna no Paraná, Deputado Tavares, não há solução jamais.

Com a palavra primeiro Vossa Excelência, depois o Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. José Tavares - Agradeço Vossa Ex-

celência, no mesmo tempo em que cumprimento por trazer esse importante assunto à tribuna, mais uma vez. Gostaria apenas de contribuir com o seu pronunciamento dizer o seguinte: disse bem Vossa Excelência que a iniciativa para a elaboração de um projeto, com relação à criação de Vara é do Poder Judiciário.

Então, durante todo este tempo, nós centramos as nossas atenções junto ao Tribunal de Justiça, no sentido de convencer o egrégio Tribunal a enviar a este Poder uma mensagem de projeto de lei. E, durante toda a nossa luta, Vossa Excelência é testemunha, nós travamos a luta no sentido de criar a Vara de Execuções Penais, pelo menos nas comarcas de entrância final, que são cinco, dentre as quais evidentemente, eu incluo pela ordem: Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, e toda nossa luta foi nessa direção. Como sentimos que não estava fácil, convencemos o órgão especial do Tribunal nessa direção e foi feito o seguinte: o Tribunal encaminhou para a Assembléia um projeto criando apenas em Londrina, a partir do envio desse projeto que se encontra nesta Casa; houve natural reação por parte dos representantes dessas comarcas em instância final, e aí felizmente o Tribunal de Justiça, sensibilizado com o apelo, com o grito dos colegas Deputados concordou, e está por encaminhar a esta Casa, uma mensagem aditiva, criando também nessas quatro outras Comarcas.

Com isso, Vossa Excelência, nós vamos implantar por ordem, como bem diz Vossa Excelência, em Londrina, porque lá já tem uma penitenciária; na sequência Maringá, porque lá a penitenciária será inaugurada, e vendo a criação dessas quatro outras Varas, vem também a criação de uma nova Vara para Curitiba, Deputado Alborghetti, é importante que esta Casa tome conhecimento disso, porque, veja Vossa Excelência, a nossa luta, o nosso grito, o nosso apelo acaba por também beneficiar diretamente Curitiba, porque mesmo que não se criasse em Curitiba mais uma Vara, só com a saída de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu, nós estaríamos desafogando sobremaneira a Vara de Execuções.

Vossa Excelência citou muito bem, mais de oitenta mil processos em andamento aqui na Vara de Execuções Penais e sete mil presos. É uma loucura, dois juizes com mais dois substitutos é humanamente impossível, além das instalações precárias, quase que desumanas para os juizes, promotores.

Portanto, Vossa Excelência traz oportunamente esse pronunciamento, é de fundamental importância a sua palavra, a sua voz, com o prestígio que tem, nesse momento, para trazer uma questão da maior rele-

vância. E sabe, Vossa Excelência, tanto quanto eu, lutar pela descentralização da Vara de Execuções Penais, é sobretudo lutar a favor dos pobres, porque as prisões estão cheias de pobres, não existe nas prisões ricos, somente pobres.

Então quando nós levantamos a nossa voz em favor da agilização de Execução Penal, nós estamos votando a favor da pobreza, que aliás, é sem dúvida alguma, a grande razão da nossa presença aqui neste Parlamento.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - O Deputado Cezar Silvestri. Vou lhe ouvir com muita satisfação.

O Sr. Cezar Silvestri - Com relação a esta questão, apesar da autoria, desse assunto de relevância que Vossa Excelência levanta, logicamente, ser de autoria do Judiciário, deveria ser uma mensagem através do Judiciário. Levantamos esta questão com o Secretário de Justiça, quando esteve em Guarapuava, quando ele falava da intenção do Governo do Estado, da criação de uma Penitenciária Regional no Município de Guarapuava.

O Deputado Tavares deve lembrar, quando o Secretário de Justiça, de que havia apelos da sociedade geral de Guarapuava, contrariamente à criação desta penitenciária Regional, mas logicamente, este assunto foi longamente debatido em Guarapuava e hoje já praticamente existe uma consciência da necessidade da construção dessa penitenciária.

Nós levantamos esta questão, eu faço questão de reafirmar nesse Parlamento, da necessidade também, de transformar Guarapuava em entrância final. E logicamente também, da liberação por parte do Judiciário, da Vara de Execuções Penais para Guarapuava, até para que funcione melhor essa Penitenciária Regional. Então, gostaria que isso fosse ampliado e, também, Deputado Alborghetti, logicamente que nós temos algumas preocupações com relação à criação de Comarcas. Na nossa região por exemplo, nós já fizemos um requerimento na Legisatura passada, para a criação da Comarca do Município de Cantagalo, onde desafogaria o Município de Guarapuava, que está com acúmulo de serviço.

E também, quero aproveitar esta ocasião, para fazer um agradecimento ao Desembargador Claudio Nunes do Nascimento. Nós solicitamos a ele a construção de um novo fórum em Guarapuava, e realmente, ficamos espantados com a agilidade com que o Judiciário atendeu esta reivindicação, não para o Deputado Cezar Silvestri, mas enfim, uma reivindicação de toda a comunidade de Guarapuava. Em apenas 60 dias nós tivemos a liberação desses recursos. A

obra já está iniciada em Guarapuava. É uma obra com 1.700 metros quadrados, os recursos necessários em torno de um milhão de reais, onde houve essa pronta liberação por parte do Desembargador.

E quero iniciar um movimento, aproveitando o seu pronunciamento, tenho certeza que Vossa Excelência, também é favorável como a grande maioria, senão a unanimidade dos Deputados dessa Casa, com relação à construção do Fórum aqui de Curitiba. Essa obra que está paralisada há muito tempo, e senti também a vontade política por parte do Desembargador Claudio Luiz do Nascimento de iniciar essa obra. E tenho certeza que o Legislativo todo do Paraná, dará o total apoio ao Desembargador para que essa obra se torne uma realidade, porque realmente não pode continuar como está.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Bem, concordo em número, gênero e grau, porque também temos que injetar mais esse orçamento. Conversei demoradamente com José Durval Amaral, a respeito daquilo que poderíamos fazer pelo Poder Judiciário, principalmente, se construir Fóruns, como Vossa Excelência muito bem diz, nesse aparte.

Parabenizo Vossa Excelência, pela sua preocupação, pela sua região. Eu conversava recentemente, com o Desembargador Claudio Nunes do Nascimento, na saída do Palácio, e disse da preocupação desse Parlamento, não só pela Vara de Execuções Penais, pelo desmembramento, mas me preocupava mais também conversando com o Desembargador, como o Deputado Tavares tem conversado, o Deputado Anibal também tem conversado. Nós também, temos que injetar mais no Poder Judiciário, principalmente, na área de construção dos Fóruns em cidades que ainda trabalham em uma condição precária. Uma condição, não existe adjetivos, inqualificáveis, para se dizer.

Com a palavra o Deputado Ricardo Chab. Uso o horário do PSDB, que me foi cedido gentilmente pelo Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Ricardo Chab - Deputado Alborghetti, gostaria, na verdade de parabenizá-lo, parabenizar também o Deputado Tavares, que aqui tem se demonstrado, ao longo desse primeiro ano, incansável na criação da Vara das Execuções Penais, a chamada pelos pobres, como fez referência o Deputado Tavares, da VEP: VEP é para um réu, como o paraíso seria para todos nós. A VEP que eles falam com tanto amor e com tanta vontade, deve ser na verdade avalizada por todos nós Deputados.

Por que a descentralização do Poder Judiciário? A VEP estaria na verdade nas grandes cidades, a VEP estaria mais próxima das famílias, porque hoje o que nós ve-

mos todos nós é o seguinte, um lavrador de qualquer região aqui do Estado do Paraná comete um crime lá no interior do Estado, este lavrador condenado pela Comarca, este lavrador anda muitas vezes 400, 500 quilômetros e vem parar aqui na Penitenciária Central do Estado e aí o que nós temos, é o que, a separação imediata desse lavrador da sua família que ficou lá no interior do Estado. Consequentemente nós temos, muitas vezes, até mesmo a prostituição por parte das filhas, por parte das pessoas ligadas à família deste lavrador.

Então, vejamos bem, se nós tivéssemos a VEP perto, se tivéssemos a Vara das Execuções Penais, nas cidades pólos, como Londrina, Cascavel, Ponta Grossa, Guarapuava, Maringá, se nós tivéssemos a VEP como fez referência o Deputado, e muito bem feita, na região metropolitana de Curitiba, nós não só tiraríamos o trabalho excessivo que hoje tem na VEP aqui na Capital do Estado, que concentra todo o trabalho do Estado na VEP aqui, como também daríamos uma melhor condição de trabalho e teríamos também, além disto, Deputado Tavares, uma melhor condição para apreciar os inúmeros processos.

Então, na verdade, gostaria que todos os Parlamentares, que todos os Deputados, deixando de lado a questão partidária, tudo que este Poder Legislativo se empenhasse nesta luta, porque como fez referência o Deputado Tavares, nós estamos lutando verdadeiramente em benefício da classe pobre, porque hoje é certeza absoluta, nós temos em regime de cárcere 99% da população carcerária são de pessoas pobres.

Então, Deputado, parabéns, parabéns também ao Deputado Tavares.

O Sr. Toti Colaço - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Com os meus cumprimentos ao Deputado Alborghetti pelo assunto que traz hoje através da Tribuna, recebendo a colaboração do nosso companheiro José Tavares. Gostaria eminente Deputado, de participar do seu discurso desta tarde colocando o seguinte, dois assuntos bem rapidamente, que diz respeito ao que V.Exa. está colocando. Primeiro que daqui a pouco, ou melhor dizendo, há poucos instantes foi dito aqui e nós temos conhecimento, que a maioria absoluta dos internos da Colônia Penal, da Penitenciária Central do Estado, do Ahú e assim por diante, são pessoas carentes. Há falta de advogado para fazer a defesa daqueles detentos.

Daqui a pouco nós vamos cancelar uma votação, um projeto de lei que está aqui, uma votação orçamentária de serviço de assistência jurídica aos economicamente necessitados da Defensoria Pública, no valor

de um milhão e quatrocentos e noventa mil Reais. Daqui a pouco vamos votar esta matéria que está aqui e que isto vem em prejuízo dos advogados que V.Exa. conhece perfeitamente bem, os advogados do interior do Estado do Paraná, que advogam principalmente nesta área criminal, gratuitamente.

Em segundo lugar, ao meu ver, eminente Deputado Luiz Carlos Alborghetti, para poder solucionar definitivamente o problema do sistema penitenciário do nosso Estado teríamos que ter uma reforma na organização judiciária para que o próprio Juiz que aplica a pena lá no interior, pudesse ser o executor da pena. Isto quer dizer, no momento em que o Juiz da Comarca de Irati, pegar a minha cidade como exemplo, sentenciar-se que o cidadão tem que cumprir 10, 12, 15 anos, pudesse concluir a pena, ele próprio pudesse executar a pena, tivesse a faculdade, se ele achar conveniente, mandaria para o sistema penitenciário aqui em Piraquara e se ele que conhece a realidade de fato achasse por bem que o cidadão poderia cumprir a pena na Delegacia Pública lá do Município de Irati, ele poderia ter esta faculdade é o que não temos no nosso sistema penal, no Sistema Jurídico, não existe isso no Paraná.

Quero cumprimentar V.Exa. pelo assunto que mais uma vez traz nesta tarde para todos nós, de muita importância.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Obrigado.

Só para finalizar, ao invés de gastarmos dinheiro com penitenciárias máximas no Paraná, temos que gastar dinheiro com a descentralização das Varas de Execuções Penais.

Penitenciárias máximas, para mim, Deputado Caíto, é o cemitério.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, gostaria de anunciar e saudar os Vereadores de Paranaguá, o Mário Roque, o Antônio Carlos, o Presidente do Sindicato da Estiva, Sr. Isaias Vicente da Silva, o Presidente do Sindicato dos Portuários, Dr. Wilson Moraes, os aposentados Edison Machado e a sua esposa a Sra. Sônia, que estão aqui e aguardam uma reunião entre nós, o Deputado Algaci Túlio para uma solução do problema dos aposentados lá no Porto de Paranaguá.

O SR. NELSON TURECK - Sr. Presidente, Questão de Ordem.

Queria registrar, Sr. Presidente a presença do Diretor da Escola Dom Bosco de Campo Mourão, o Professor Benedito e também o Presidente da PM o Segismundo Lopes de Jesus, do qual nós agradecemos a presença dos senhores mourãoenses aqui neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Deputado Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Sr. Presidente, acho que na última semana, na terça-feira, o Secretário da Segurança Pública, Cândido Manuel Martins de Oliveira, veio depor na Assembléia a respeito dos conflitos de Santa Izabel do Ivaí. Na quarta-feira dia seguinte ao debate na Assembléia Legislativa aos fatos ocorridos em Santa Izabel do Ivaí, esta Assembléia teve a oportunidade de sediar a instalação do memorial contra a violência no campo e pela reforma agrária.

Estiveram presentes o Sr. Plínio de Arruda Sampaio, Dom Pedro Fedalto, Dom Landislau, Prefeito de Querência do Norte, a Diolinda, esposa do Líder do Movimento dos Sem-Terra, Sr. José Rainha.

Entregamos o memorial com algumas reivindicações no que diz respeito a mudança da legislação a nível nacional, das providências que o Governo do Estado, poderia proceder em relação à contenção da violência no campo, pela reforma agrária no Estado do Paraná.

Este memorial foi entregue ao Presidente Anibal Khury, logo após, em audiência com o Governador do Estado, com a presença de vários Deputados que acompanharam, Líder do PDT Deputado Valdir Rossoni, Deputado Algaci Túlio, num debate que apresentando as reivindicações ao Governador Jaime Lerner, o governador se prontificou de imediato a ajudar o Movimento Sem-Terra e o Conjunto da Sociedade em duas reivindicações básicas no que diz respeito a mudança da Legislação no congresso Nacional.

O terceiro item que foi a solicitação de que uma Comissão fosse instalada para apurar a violência em Santa Izabel do Ivaí, e o governador anunciou para os integrantes do Memorial, que esta Comissão já estaria sendo nomeada, estaria sendo publicada em Diário Oficial, e teria o prazo de quinze dias para averiguação, e dar um parecer a respeito dos fatos políticos de Santa Izabel do Ivaí. Não tenho informações completas a respeito da composição desta Comissão de alto nível, mas me parece que alguns Secretários de Estado foram nomeados e estão na lista da Comissão, que se não me engano tem representantes da Comissão Pastoral da Terra, da OAB, do Ministério Público, e pelo que me consta, representantes do Secretariado, na pessoa de alguns Secretários de Estado.

Faço essa interrogação ao Líder do Governo, porque não, até agora, na publicação do Diário Oficial, a nomeação desta Comissão de Alto Nível, e caso seja verdadeira a informação de que Secretários de

Estado estão participando desta Comissão, vai aqui uma sugestão e um alerta, como é, como se trata de um caso que a opinião pública do Estado do Paraná, o resto do Brasil e o Governo do Estado tem todo o interesse de que esta Comissão apure imparcialmente, seria de bom alvitre, que Secretário de Estado não fizesse parte desta Comissão, porque se trata, como o próprio Secretário de Segurança Pública, veio a esta Assembléia e assumiu para si, todas as responsabilidades e ainda defende a forma como foi feita a ação de despejo em Santa Izabel do Ivaí, significa colocar um outro Secretário de Estado, deixá-lo numa situação constrangedora porque estaria investigando a ação de um companheiro seu, de governo.

Então, para que esta Comissão não seja amanhã questionada pela sua idoneidade, pelo seu critério de justiça, seria bom de que os Secretários de Estado não tivessem nessa Comissão e que organismos da sociedade civil indicassem representantes. Vai aí uma sugestão ao Líder do Governo, Deputado Algaci Túlio.

Mas, o que me traz a esta tribuna, é que nesse mesmo dia, quarta-feira da semana passada, se não me engano as versões que foram vinculadas pela imprensa, meia noite e meia, uma e meia, o Secretário de Segurança Pública sofre um atentado, na Cidade de Curitiba, próximo à sua casa.

O atentado que me parece tem perto de 13 tiros no seu veículo. O Secretário estava voltando de uma reunião de trabalho e junto com o seu motorista, ali na Avenida Nossa Senhora da Luz, próximos à sua casa, sofreu um atentado, aonde os tiros perfuraram o pára-brisa do seu carro, perfuraram a porta esquerda do carro e perfuraram também a porta direita do carro.

De lá para cá, Senhor Presidente, tenho saído pelos bairros, tenho frequentado vários lugares distintos da sociedade curitibana, e há uma grande polêmica a respeito desse atentado. Tem muita gente que acredita de que o atentado não aconteceu de fato. Tem muita gente que acha que o atentado não passa de uma encenação brutal e descomunal, feita pelo próprio Secretário de Segurança Pública, com o objetivo de se alçar do lugar de vítima que tinha se colocado ao surpreender a opinião pública brasileira, com um ato de violência muito grande contra 47 famílias de trabalhadores rurais.

O Secretário de Segurança Pública tem sido, no decorrer desses últimos 10 dias, desde o acontecido em Santa Izabel, tem sido execrado perante a opinião pública nacional e paranaense. Jornais da mais alta credibilidade e de circulação nacional foram unânimes em condenar a violência cometida contra os trabalhadores sem-terra.

É notório para todos, que o governador Jaime Lerner, ao vir à televisão e se dirigir a 8 milhões de paranaenses, através dos veículos de comunicação e ter afirmado categoricamente que ele não compactuava com as ações de violência para dirimir os conflitos sociais, tinha deixado o Secretário de Segurança Pública, Cândido Martins de Oliveira numa situação muito constrangedora no Governo do Sr. Jaime Lerner.

Corre por todos os cantos do Governo ou corria por todos os cantos do Governo, que a ação do Sr. Cândido Martins de Oliveira, o seu destempero, a sua coragem, a sua firmeza estavam comprometendo a imagem do governo de Jaime Lerner, como comprometeu no episódio de Santa Izabel de Ivaí.

Por isso corre uma versão na sociedade paranaense e não é só em Curitiba, tem vários Deputados que trazem este relato do interior. Corre uma versão na sociedade paranaense de que este atentado teria sido um atentado fabricado, mais ou menos daquele gênero que os políticos sabem muito bem, que já tem lugar comum na história política do Paraná, de que Prefeitos ou candidato a Governador quando está próximo da eleição, o seu comitê eleitoral sofre atentado a tiro, é invadido, é roubado, é queimado para que o candidato se coloque como vítima na opinião pública através da imprensa, para poder ganhar alguns pontos percentuais na pesquisa de opinião eleitoral.

Sinceramente, espero que isso não seja verdade. Espero que o Secretário de Segurança Pública, o que já é lamentável, tenha sido vítima, de algum quiproquó de trânsito ou vítima de algum quiproquó menor. Porque se for verdade que o Secretário de Segurança Pública forjou, montou uma cena parecida com o que ocorreu com o ex-candidato a Senador, o Sr. Tony Garcia, quando estava disputando as eleições com o Sr. José Andrade Vieira, de um atentado fictício para subir o seu IBOPE eleitoral, é um ato repudiado por todos nós.

Não podemos permitir que a opinião pública, que a consciência do povo brasileiro seja manipulada pelas autoridades públicas no sentido de modificar os fatos, de modificar a verdade sobre o que acontece na nossa vida.

É um ato grave. Prefiro não acreditar nesta hipótese, porém estou muito inclinado, diante das circunstâncias que se circunscreveram o atentado ao Sr. Cândido Martins de Oliveira, porque senão, racionalmente comigo, especialmente quero chamar a atenção do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, do Deputado Algaci Túlio e do Deputado Ricardo Chab. Chamo a atenção, porque são Deputados que têm lida, com as lidas no que diz respeito a Segurança Pública no

Estado do Paraná.

Vejamos o seguinte: o Estado do Rio de Janeiro, Srs. Deputados, é um Estado que há mais de quinze anos, o povo brasileiro assiste através dos telejornais do SBT, da Rede Globo, da Bandeirantes, todos os telejornais, em horário nobre, chacinas serem cometidas contra crianças, contra marginais, contra pessoas desconhecidas, nos bairros. Assistimos pela televisão o crime organizado de posse de armas de grosso calibre, como fuzis AR-15, metralhadoras de último tipo, enfrentando a Polícia Militar nas praias do Leblon, nas praias de Ipanema, na Av. Nossa Senhora de Copacabana. Assistimos o crime organizado impor no Rio de Janeiro, um estado de guerra civil. E nos últimos vinte anos Srs. Deputados, lá no Rio de Janeiro, aonde a violência e a guerra civil está escancarada, martirizando o povo brasileiro, não assistimos o crime organizado proceder um atentado contra as autoridades públicas nos últimos anos, metralhando carro de Secretário de Segurança Pública, metralhando o carro do Delegado Geral da Polícia Civil, metralhando o carro do Governador, metralhando o carro do Prefeito da Cidade.

Não assistimos fatos graves como esse lá, aonde acontece o crime organizado mais intenso da América Latina. Não sou um expert em criminalidade, por isso chamei a atenção dos três Deputados que militam com a questão do crime, em nossa sociedade, mas me parece que o último atentado a uma autoridade pública, no Estado do Paraná, foi um atentado ao ex-Governador Ney Braga, e não se deu por motivos relacionados ao crime organizado. Foi, ao que parece, porque não foi apurado, versões e boatos, na ocasião, um crime passional.

Não tenho conhecimento de outro atentado de envergadura como este que aconteceu ao Sr. Cândido Martins de Oliveira. Então me pergunto: - se no Estado do Paraná, aonde não há um crime organizado, com esta radicalidade de violência, que assistimos no Rio de Janeiro, depois de uma semana do Secretário ter ficado numa situação insustentável, no governo do Estado, aonde até os próprios Secretários e membros do Governo, à boca pequena, confessam que a posição do Secretário prejudicou terrivelmente a imagem do Governo Jaime Lerner, que não é adepto da violência, que se colocou, perante o bispo e as outras autoridades, para fazer todo o empenho possível para que jamais aconteça o que aconteceu em Santa Izabel do Ivaí.

Nestas circunstâncias, aonde o Secretário de Segurança Pública estava numa situação de muito desgaste político, no mesmo dia em que os trabalhadores sem-terra estavam visitando o Governador, se for

verdade este raciocínio que estou expondo aqui hoje, vejam bem, se for verdade, o Secretário de Segurança se dispõe a armar um episódio, no qual se coloca vítima de um atentado, até agora inexplicável para o povo do Estado do Paraná, com o objetivo de se transportar do estado de algoz para a posição de vítima e tentar hegemonizar, como hegemonizou a opinião pública nacional.

Porque, cá entre nós, um atentado a um Secretário de Estado tem lugar cativo no horário nobre da TV Globo. Um atentado a um Secretário de Estado tem lugar cativo nas principais primeiras páginas dos grandes jornais nacionais. O Senhor sabe disso, Deputado Alborghetti, eu sei disso! Qualquer Secretário do Governo do Estado se fosse vítima de um atentado, estaria hoje nas principais páginas dos jornais brasileiros, quanto mais o Secretário de Segurança Pública!

Não quero acreditar que isso foi verdade, porque se isso foi verdade, macula, de forma irreparável o Governo do Sr. Jaime Lerner! O governo e o governador não podem permitir que nenhuma dúvida fique a respeito do atentado do Sr. Cândido Martins de Oliveira! É imprescindível que a apuração desses fatos seja a mais rigorosa!

Não podemos deixar na memória de qualquer governo, seja ele do PT, do PDT, do PMDB, não podemos permitir que paire qualquer dúvida, como esta que paira no seio da sociedade paranaense, de que o atentado ao Secretário de Segurança Pública foi uma farsa.

O Sr. Emerson Nerone - V.Exa. me permite um aparte?

(Assentimento).

Deputado Ângelo Vanhoni, meu líder, eu vou passar a palavra rapidamente ao Deputado Péricles que vai fazer uma exposição, mas apenas gostaria de levantar, assim como o Deputado Péricles levantou aquela teoria da pena caso a caso, no dia em que o Secretário estava aqui, que ou há um acordo de cavalheiros neste estado, de que só se atira nas pernas, por isso então o Secretário levou vários tiros na altura da porta ou então este suposto atentado foi uma piada de mau gosto, feito de forma muito estranha, muito fraca, para quem tem tamanho conhecimento de causa, dando a entender que altas horas da noite não é uma hora em que se tem condições sóbrias de imaginar um atentado muito bem feito.

O Sr. Péricles de Mello - Deputado Ângelo Vanhoni, queremos cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Na verdade há uma suspeição generalizada do povo do nosso Estado, sobre esse atentado, numa suposição de

que é uma farsa, pelo momento e forma em que aconteceu.

Ora, é muita coincidência que justamente na semana em que o Sr. Secretário é cobrado na AL por sua ação violenta, dura, contra 47 famílias de sem-terra em Santa Izabel do Ivaí, que ele vem depor nesta AL, justamente um dia depois o Sr. Secretário sofre um atentado, estranhamente ninguém sai ferido deste atentado, existe marcas de balas da própria arma do Sr. Secretário no automóvel, então isso tudo levanta uma suspeição, nos parece que o Secretário está querendo passar em poucos dias, de agressor a vítima da sua ação, mas que isso o Secretário levar para a imprensa questões como o crime organizado do Paraná que ele está combatendo e do qual nós não temos conhecimento ainda, uma série de ameaças que vinha sofrendo e que também esta Casa não tomou nenhum conhecimento, então nós como legítimos representantes do povo paranaense temos a obrigação, o dever mesmo de investigar até as últimas consequências esse fato.

Um requerimento que fizemos junto com o Deputado Ângelo Vanhoni e com os demais Deputados do PT, pedindo a CPI, já estamos percorrendo lideranças dos partidos, já conseguimos 13 assinaturas e esperamos até o final desta tarde conseguir as 18 assinaturas necessárias para requerer a investigação e eu concordo com o Deputado Nerone, há uma coisa estranha no Paraná, parece que só a Polícia Militar tem pontaria. A Polícia Militar consegue acertar tiro nos joelhos e tornozelos de famílias indefesas e parece que aqueles que fazem atentado contra o Secretário não tem pontaria nenhuma, conseguem dar mais de 10 tiros e não acertam ninguém, sem ferir ninguém, o Secretário sai ileso, sem nenhum arranhão.

Nós apelamos à Assembléia, acreditamos na seriedade desta Assembléia que seja aprovado o seu requerimento, Deputado Ângelo Vanhoni, pedindo o exame de balística feito pela Universidade de Campinas, que é uma das mais importantes Universidades do nosso País e também que a Polícia Federal acompanhe esse episódio, por quê?

Porque o Secretário, sendo a autoridade maior no que diz respeito à Segurança Pública no Paraná, não podemos aceitar que subordinados seus sejam os investigadores desse atentado. Queremos que a Polícia Federal com a sua autonomia e independência, ela sim, investigue e venha fazer o exame de balística.

O SR. ÂNGELO VANHONI - Vejam bem, Senhoras e Senhores, tem um fato descrito pelo próprio Secretário que é absolutamente questionável.

Recapitulemos um pouco a história do atentado, o carro está vindo nessa dire-

ção, tem um outro veículo que vem em direção contrária, os dois carros param, frente à frente, não param lado a lado, os possíveis agressores saem do carro atirando, o Secretário que está sentado do lado do motorista, que sempre carrega arma no porta-luvas, segundo palavra dele, nesse dia estava com a arma no seu colo, uma pistola, o Secretário quando viu as luzes e quando sentiu que era um atentado, o primeiro disparo ele se abaixou para o lado direito, abriu a porta do carro e se jogou no chão, na graminha, ali na praça que tem, da Avenida Nossa Senhora da Luz, se jogou no chão e meio ofuscado pelas lâmpadas começou a atirar e descarregou um pente de doze tiros.

Pois bem, tem algo inexplicável, Deputado, se sou o Candinho, me corrijam depois se eu estiver enganado, percebi um disparo contra mim, paro o carro brusca-mente, o cara desce, "pá", "pá"; me abai-xo, pego a minha arma abro a porta e me jogo, e aí faço exatamente o que o Candinho disse.

Não vejo muita coisa, mas disparo, disparo, "pá", disparo na direção do carro, na direção das luzes, aonde estava vendo as luzes, é claro, não vou disparar do outro lado, disparo onde estão vindo os tiros que acertaram o carro do Candinho. Aí tem uma coisa insólita nessa história, o Secretário de Segurança Pública se jogou do carro, abriu a porta e se jogou, Deputado Alborghetti, pensou numa fração de segundos, pensou, raciocinou, fechou a porta do carro dele e "pá", "pá", "pá", deu os tiros de fora para dentro, acertando a porta direita para atingir o pseudo-agressor que estava do outro lado do carro.

Pois se isto não aconteceu, vejamos a outra hipótese, suponhamos, que ele se jogou, a porta estava aberta ele se jogou do carro com a pistola na mão, meio tonto, meio esbaforido, meio afobado com aquele gesto todo, os tiros correndo, ele se escondeu atrás da porta que estava aberta, e daí os bandidos deram a volta por trás do carro e estavam lá atrás do carro, e ele com a porta aberta de escudo, atirou através da porta aberta para atingir os bandidos que estavam lá do outro lado do carro.

Há algo muito esquisito nisso, muito esquisito, Senhores Deputados, que preciso, o povo do Paraná precisa saber e o Governo precisa saber se isso de fato aconteceu como está sendo relatado, precisa uma apuração séria, porque não podemos permitir que através da imprensa, através dos canais de televisão, se manipule a consciência das pessoas, nós temos que fazer o exercício do contrário, chamar as pessoas, chamar o povo do nosso Estado pa-

ra se alertarem, para despertarem as suas consciências em relação aos problemas que existem no Estado, para que elas acreditem na verdade, para que eles acreditem na reação, que é possível mudar este estado de miséria em que a maioria do povo brasileiro vive.

É ao contrário o exercício que nós temos que fazer, não o exercício do embuste, da fictização. Nós não podemos compactuar isso no Brasil, já tivemos um exemplo do que foi o Collor de Mello.

Para terminar, Senhor Presidente.

Faço um apelo aos Deputados, se não conseguirmos que a CPI tenha 18 assinaturas, mais tem o requerimento que é fundamental para dirimir essas dúvidas. E não é a suspeição à Polícia Civil do Estado do Paraná e nem ao seu Instituto de Criminalística, mas é para garantir a imparcialidade, para dar uma prova à Assembléia Legislativa, ao povo do Paraná, de que o Governo está interessado de que não haja dúvidas a respeito desse episódio.

Que o carro do Senhor Cândido Martins de Oliveira, alvejado por vários tiros, seja inspecionado pelo Instituto Médico Legal, da Universidade de Campinas. Ou os técnicos vêm para cá ou o Governo manda o carro para lá. É mais fácil os técnicos virem.

É este o requerimento que nós estamos colocando para votação hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PFL com a palavra.
Deputado Élio Rusch.

O SR. ÉLIO RUSCH - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós ouvimos explicações do eminente Deputado Vanhoni e de outros Deputados que nos antecederam, cada um tecendo as suas considerações em relação aos assuntos abordados nesta Sessão.

Da mesma forma gostaríamos de abordar um assunto por muitas vezes nós já nos manifestamos dessa tribuna, como diversos deputados já o fizeram.

Nos últimos dias a Secretaria de Segurança Pública tem sido palco, tem gerado um maior número de notícias no nosso Estado através da sua ação, da sua atuação, através da Polícia Militar ou mesmo através da Polícia Civil.

O episódio recentemente envolvendo a Polícia Militar e também os sem-terra, debatido e discutido amplamente aqui na Assembléia, originou a vinda do próprio Secretário para discutir sobre esse assunto.

Na semana passada mais especificamente, segunda-feira, no dia seguinte, nós tivemos a presença das Lideranças do Movi-

mento dos Sem-Terra que também se manifestaram. Deputados continuam se manifestando. E falamos na semana passada, quando o Secretário estava aqui presente, nenhum Deputado e ninguém é a favor da violência: Todo mundo que nós entendemos são favoráveis à Reforma Agrária, mas por outro lado, somos terminantemente contra a invasão da propriedade de qualquer cidadão. Isso também tem que ser respeitado, sabemos que a Reforma Agrária é lenta, mas não podemos de forma nenhuma atropelar qualquer processo.

Por outro lado falamos na semana passada que o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, estava apenas cumprindo uma decisão da própria Justiça do nosso Estado e que diga-se de passagem a decisão da Justiça não estava se cumprindo mais.

E naquele mesmo dia Senhor Presidente, Senhores Deputados, falávamos aqui do plenário, que na noite anterior à vinda do Secretário, que três agricultores na nossa cidade, haviam sido assaltados e haviam sido furtados, dois tratores, uma caminhonete, uma moto, uma bicicleta, móveis e utensílios, carregaram tudo e levaram para o Paraguai. Felizmente os dois tratores e a caminhonete foram recuperados no lado paraguaio e já devolvidos para os seus legítimos proprietários.

Por outro lado, nós estamos trabalhando há muito tempo aqui na Assembléia, já vai para cinco anos que nós sempre pedimos um tratamento diferenciado na nossa região sobre a questão da segurança. Felizmente agora, eu disse e volto a dizer nessa tribuna, através da Secretaria de Segurança Pública do Cândido Martins de Oliveira, está fazendo um trabalho voltado, está dando ao menos uma atenção para a nossa região e nós iremos inalterar isso, foi implantada a Patrulha Rural, o Batalhão da Fronteira será uma realidade em breve e por outro lado com muita alegria posso anunciar hoje também, que o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança, anunciou e já estão liberados e estão a caminho da nossa região, mais seis caminhonetes que serão instaladas e colocadas à disposição permanente para combater o lado de Itaipu, bem como suas lanchas, dois barcos também para o combate no próprio lago, na própria água.

Essa entrega acontecerá essa semana, além de outros equipamentos. Faço esse registro nessa Sessão, quando nós temos a presença hoje aqui no plenário, do Vereador de Marechal Cândido Rondon, Edson, e dos agricultores, lideranças daquela região que presenciaram e que estão aqui na tribuna, o Senhor Pedro Fritag, Gilberto Gering, Lauri Doerner, Eloi Krauser e Dari da Rosa, são pessoas que vieram aqui em

Curitiba, constataram além dos problemas de segurança, os problemas e as soluções para as comunidades, mais especificamente linha Ajuricaba e Belmonte, que são duas comunidades de Marechal Cândido Rondon.

Por isso, Senhor Presidente, nós registramos neste momento, no horário da liderança do PFL, o nosso reconhecimento que o Governo do Estado através da Secretaria de Segurança Pública está desenvolvendo na sua pasta, e mais precisamente para a nossa região. Somos sabedores, como já falamos, que não é solução, mas isso ameniza, isso vem de uma certa forma trazer a tranquilidade para o nosso agricultor.

Para concluir, Senhor Presidente, apenas gostaríamos que ficasse claro e evidente o reconhecimento do trabalho do Secretário de Segurança Pública do nosso Estado, que está fazendo alguma coisa na nossa região. E por isso não podemos esquecer de forma nenhuma, Senhores Deputados, que o Lago de Itaipu, formado em 1982, já faz treze anos e há treze anos a comunidade Oeste do Paraná, mais especificamente os nossos agricultores convivem com um número assustador de assaltos que são praticados permanentemente na nossa região. Até 1995 não havia se tomado providências cabíveis para este assunto. Agora o Governo está tomando algumas medidas, e por isso, vamos deixar aqui registrado o nosso reconhecimento, que sabemos que muito mais o Governo haverá de fazer por nossa região.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO (Pela Ordem) - Apenas para esclarecimento desta Casa, pegando aquilo que o Deputado Élio Rusch vem falando, essa noite em São Miguel do Iguacu mais dois tratores foram roubados, eu estive domingo ainda na comunidade de Santa Rita em São Miguel do Iguacu, onde visitei uma família que teve também um trator roubado. Nós temos uma situação dramática naquela região à beira do Lago, que são as facilidades de aforamento de pequenas balsas, colocam-se os tratores. As propriedades são assaltadas das vinte horas até aproximadamente cinco horas da manhã e na madrugada são embarcados tratores, e chegam de dez a quinze pessoas atirando nas casas para amedrontar as famílias, para não saírem de casa; além disso, aqueles que denunciam à polícia são também ameaçados e são roubados.

Senhor Presidente, para concluir, é importante esta Casa ter ciência que urgentemente precisamos que o Estado do Paraná se envolva na segurança à beira do Lago, conforme vi o relatório do Élio Rusch. E nisso, Deputado, eu quero discordar de Vossa Excelência, que eu acho que existe uma deficiência, porque as patrulhas

rurais que foram amplamente divulgadas, não estão funcionando, porque os roubos de caminhões continuam sendo com batedores, passando por algumas vias sem o menor constrangimento. Precisamos de uma ação eficiente da Interpol do outro lado. Ministério da Justiça, do Ministério de Relações Exteriores e junto o Governo do Estado do Paraná, têm que entrar de cara, têm que entrar firmemente nesta batalha, para que ali resolvamos este problema trágico que são roubos, assaltos à beira-lago ali na Costa Oeste, que é para ser uma costa de turismo, desse jeito vai ser uma costa de turismo para visitar no estilo do velho oeste.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Liderança do Governo com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Quero inicialmente, fazer aqui um registro de um fato muito importante que aconteceu agora, em Curitiba que já me antecipo o Deputado José Tavares, que foi a instalação dos Juizados Especiais das Varas Cíveis e Criminais.

Hoje pela manhã na presença do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury e deste Parlamentar, nós representamos esta Casa, neste Ato que considero de suma importância. Uma vez de que, há onze anos atrás, pela iniciativa do Desembargador iniciava-se a implantação do Juizado de Pequenas Causas, que era o Juizado para as pessoas pobres que não precisariam contratar advogados, para as suas causas, sendo evidentemente, causas de valores até 20 salários-mínimos.

Hoje pela manhã, implantou-se então, o Juizado Especial, onde o cidadão comum, em causas que não ultrapassem 40 salário-mínimos, não vai necessitar da presença de um advogado para lhe acompanhar. As ações ocorrem diuturnamente nas ruas das cidades, podem ter um desenrolar mais rápido, com a presença de Juizes, de Arbitro, de Conciliador, no sentido de tirar um pouco aquele volume de processos que vão para a Justiça e lá ficam abarrotados nas prateleiras, levando anos e anos para serem resolvidos.

A Assembléia do Paraná terá a responsabilidade ainda este ano, segundo o compromisso assumido por mim e pelo Deputado Anibal Khury, tão logo chegou a esta Casa, a Mensagem do Tribunal de Justiça, a responsabilidade de regulamentar, evidentemente, a lei que vai possibilitar o funcionamento do Juizado Especial.

O outro fato que me trás a tribuna, foi a satisfação de Curitiba ter recebido hoje, na Federação das Indústrias, o Presidente do Banco Interamericano, o BID,

Dr. Henrique Iglesias, que veio a Curitiba, a convite da FIEP, do seu Presidente José Carlos Gomes de Carvalho, da presença do Governador do Estado, do Prefeito de Curitiba, de empresários, e também, com a presença minha e do Deputado Anibal Khury, hoje pela manhã, na FIEP.

E nas suas palavras o Presidente do BID, foi muito bem claro em dizer: que o Paraná estava passando por um momento histórico, quando o Governo do Estado conseguia empréstimos na ordem de quase um bilhão de Reais, para vários investimentos, o Paraná Urbano, o Paraná Doze Meses, na área da educação, na área da habitação, na área do saneamento ambiental em vários setores, e que ele saía aqui do Paraná com um banho de otimismo, pelo que ele pôde ver e concluir do que se realiza no Estado do Paraná. E dizia, o Presidente do BID: o Paraná, é um Estado onde nós não temos preocupação, porque o Governo sempre conseguiu manter a credibilidade, respeitando evidentemente, os contratos, e por isso tem satisfação de vir investir no Estado do Paraná.

Então havia realmente, muita euforia hoje, testemunhado por mim e pelo Presidente, Deputado Anibal Khury.

Por essa razão, no momento que a Assembleia já começou a discutir a aprovação das mensagens dos empréstimos internacionais, acho que é um grande momento para o Paraná, o Paraná vai poder dar realmente um grande salto no sentido do seu desenvolvimento ao momento que a Assembleia corresponder a expectativa do Governo do Estado e atender evidentemente, recomendações do BID e para depois, a nível de Senado, temos certeza, também haver a correspondência da aprovação dos empréstimos a nível internacional.

Mas venho também à tribuna, Senhor Presidente, e acompanhei atentamente o depoimento do Deputado Angelo Vanhoni. Me assusta, me deixa um tanto quanto intranquilo esta posição tomada especialmente pelo PT. Querendo já fazer mais uma vez, o exemplo do fato triste e lamentável de Santa Izabel do Ivaí, fazer um pré-julgamento dessa situação ao entender de que o atentado sofrido pelo Secretário de Segurança Pública até que se prove ao contrário, poderia ter sido uma coisa forjada.

Olha, não podemos brincar com coisa séria, é necessário ter cautela neste momento.

Há um inquérito policial sendo tocado para frente, há um Delegado Especial nomeado já para tratar do assunto, que é o Delegado Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, Dr. Noronha, designado especialmente para acompanhar o caso. Não podemos antecipar um caso policial, tirar exemplos do Rio de Janeiro, poderia eu

aqui, Deputado Vanhoni, tirar exemplo do que aconteceu no Espírito Santo, em outras cidades, no Maranhão, aonde o Secretário manda espancar em plena praça pública algumas pessoas.

Não teve essa dimensão o caso do Secretário Cândido Manuel Martins de Oliveira foi um fato que ocorreu durante a madrugada e poucas pessoas testemunharam, por isso necessário que primeiro deixemos que a polícia faça a investigação policial, que o nosso Instituto de Criminalística, que é um exemplo para o País.

E eu não falo isso hoje porque estou do lado do Governo, mas sempre aqui nesta Casa, em meus veículos de comunicação por onde passei sempre reconheci a qualidade do nosso Instituto de Criminalística, que é um dos mais completos da América Latina que tem serviço de exemplo para este Brasil, para o Exterior. Aqui nós temos visto a presença de autoridades de outros países, em busca de conhecer o aparelhamento que tem o nosso Instituto de Criminalística, não deve muito à UNICAMP não, Deputado Vanhoni.

Não vejo razão, para mandar se fazer agora um estardalhaço, em se mandar o veículo do Secretário para Campinas, para passar por uma perícia.

Vamos primeiro, Deputado e aqui faço um apelo, respeito até a posição de cada um dos Senhores, esperar se esgotar os fatos aqui, vamos deixar que a polícia faça o inquérito policial com tranquilidade, com todo cuidado necessário, ouvindo se houveram testemunhas ou não, deixar que a polícia faça o seu papel, para depois, então, esgotando esse período, aqui não convencendo V.Exa. vamos daí analisar.

Agora já de antemão, fazer um requerimento pedindo para que o carro seja enviado para a UNICAMP, já fazendo uma CPI, para investigar o caso do atentado ao Secretário da Segurança.

É necessário ter cautela neste momento, termos a cabeça fria no sentido de esperarmos, ver o que a polícia vai dizer, ver o que o Instituto de Criminalística no final das suas perícias vai apontar, para depois, então, quem sabe até podermos não nos convertermos de que realmente houve o atentado, mas por ora entendemos que houve um atentado, até que se prove o contrário, houve um atentado.

Maior prova disso, foi a esposa do Secretário que imediatamente ao fato, desesperada, saiu em busca do marido que chegou em casa assustado com os tiros que foram desferidos contra o seu veículo.

Então, é necessário termos calma, pago e faço um apelo aqui aos Srs. Parlamentares, no sentido de darmos um tempo ainda à

Secretaria da Segurança Pública, ao Instituto de Criminalística, à Polícia Civil, à Polícia Militar, para que se esgotem aqui todos os procedimentos policiais e periciais.

Depois, aí sim, vamos analisar, se não convencer V.Exa. nós vamos ver o que vamos fazer, mas não agora como já colocaram o carro na frente dos bois, parece-me que não é o caminho mais correto neste momento.

Por isso, Sr. Presidente, concedo um aparte ao Deputado Vanhoni que pediu inicialmente.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado Algaci Túlio, nós vamos votar hoje o requerimento para pedir que o Departamento de Medicina Legal da UNICAMP faça uma perícia no carro. O argumento - concordo com o Senhor - que o Instituto de Criminalística do Estado do Paraná não está sob suspeição, mas em função de ser o veículo o carro do Secretário de Segurança Pública, é que nos remete - como há uma dúvida na sociedade - a ter uma opinião de outro, mas independente de qualquer coisa, vai aqui um alerta e acredito na sua seriedade.

Solicito ao Secretário de Segurança Pública de que não mande então o carro ser restaurado na CCV ou na DIPAVE, que aguarde os resultados finais de toda a investigação, porque o senhor sabe, que lida com esta matéria, que o carro e o resultado da criminalística, da perícia, da balística, é a prova material de qualquer versão.

O SR. ALGACI TÚLIO - Não tenho a menor dúvida, agora, acredito que o carro já esteja para reparos, uma vez que tem todo o procedimento de seguro, e inclusive da própria perícia. Acredito nesse sentido.

Um aparte ao Deputado Nelson Justus, que havia solicitado.

Na sequência, Deputado Belinati.

O Sr. Nelson Justus - Quero, Deputado Algaci Túlio, até com um certo constrangimento, dizer que vou ter, como Deputado, que votar esse requerimento subscrito pelo Deputado Ângelo Vanhoni. Eu me sinto, com toda franqueza, envergonhado de ter que votar um requerimento absurdo e ridículo como esse. Acho que tal requerimento macula inclusive a imagem deste Parlamento.

Ora, meu Deus do Céu, um processo que nós assistimos aqui, a presença do Secretário, vindo aqui expondo os seus motivos, aberta e democraticamente, veio debater conosco, nunca em momento algum se tentou vincular qualquer tipo de atentado à ação dos sem-terra, não se estabelece vínculo nenhum, eu, com toda a franqueza, desconheço que a sociedade paranaense desconfie

de alguma coisa, não vejo a sociedade desconfiando de nada, vejo aqui uma confiança dada à polícia, e nós temos a nossa polícia, temos os nossos institutos e estamos aí aguardando os acontecimentos, quer dizer, criar mais notícia, criar mais confusão é de quem quer a desordem.

Me sinto constrangido de ter que votar um requerimento como eu disse, absurdo, vindo de um Deputado que eu reputo inteligente, se fosse algum outro inergumento, eu ainda iria aceitar, mas um Deputado inteligente, bem nascido e da categoria como é o Deputado Vanhoni, filho de quem é, apresentar um requerimento desse, me sinto envergonhado de ter que fazê-lo nesse momento.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati - Deputado Algaci Túlio, queria fazer até um apelo ao Deputado Vanhoni, que temos na conta de uma figura extraordinária, dotada de grande sabedoria e que retirasse o seu requerimento pela inoportunidade, pela sua inconveniência.

É lamentável já que tem um Delegado de carreira procedendo inquérito que eu entendo que a palavra CPI, aos olhos da opinião pública, expressa quando se cria uma CPI para apurar alguma irregularidade, alguma anormalidade, apurar algum ato ilícito, imoral que alguma autoridade tenha praticado.

Agora, como um pai de família voltando para casa, por muito pouco que não perdeu a vida, e depois até o desgosto, mais desgosto de ver na televisão, no rádio e no jornal que vai fazer uma CPI, Excelência, acho que concordo com o Deputado Nelson Justus, não é esse o caminho para essa Casa de Leis.

Sei que sempre que algum fato envolve uma autoridade em destaque, há sempre algum tipo de versão. Me lembro, Deputado Algaci, para concluir, de um ex-Governador do Paraná, que sofreu uma operação do coração, teve que fazer ponte de safena e espalharam para o Brasil inteiro que ele tinha sido baleado, por um marido descontente com a infidelidade de sua esposa. E esta versão correu o País, então o que nós estamos vendo lamentavelmente é que no caso do Doutor Cândido Manuel Martins de Oliveira se tenta repetir aquele episódio numa outra circunstância.

Conversei hoje demoradamente com o Presidente da Casa, Deputado Anibal Khury que já foi vítima de assalto, e ele Anibal Khury descrevia como é que ele reagiu, como é que ele atirou, e que ele próprio - Anibal Khury - naquela ocasião, acabou desferindo tiros de sua arma que atingiram

o seu próprio automóvel. Ouvi o depoimento do Deputado Anibal Khury.

Então, eu queria, Deputado Algaci Túlio, dizer que nós lamentamos profundamente. Se há uma investigação que nós aguardemos o resultado, mas criar uma CPI, seria totalmente novo.

O SR. ALGACI TÚLIO - Agradeço o seu aparte, e se o Presidente me permitir, o Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - É rápido, Excelência. É apenas para também tentar contribuir com a discussão desta questão.

Acho que uma Comissão de Inquérito, no âmbito do Poder Legislativo se justifica, quando as autoridades constituídas do Estado não conseguirem esgotar o completo esclarecimento de um fato sobretudo que envolva o Secretário de Estado.

Existe um inquérito policial. Nós temos aqui no Paraná um Instituto de Criminalística dos mais respeitados do País. Então, não vejo, no momento razão para instalarmos aqui uma investigação paralela, sem que antes tenhamos esgotado todo esse trabalho de investigação de Polícia Judiciária, de Polícia Científica. E posso falar com conhecimento, porque vivi dentro da instituição durante longos anos e muitos delitos tive a oportunidade de esclarecê-los, exatamente pela dedicação, pela competência do Instituto de Criminalística do nosso Estado.

Por essa razão, concordo com muita coisa que o Deputado Vanhoni aqui coloca, tenho sido inclusive um aliado seu em muitas questões que ele, como líder do Partido dos Trabalhadores, aqui traz, mas permito nesta oportunidade discordar de Sua Excelência, sobretudo quando fala de apelar ao Instituto de Criminalística da UNICAMP.

O Paraná tem um excelente Instituto de Criminalística. E depois de esgotada toda esta fase de investigação científica, se nós evidentemente não chegarmos à autoria do atentado, que me parece que a polícia já está próxima do seu esclarecimento, aí sim acho quem sabe, ser cabível uma investigação por parte deste Poder.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o tempo de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem) - Não nego que iria fazer um aparte ao Deputado Algaci porque eu também concordo e não assino a CPI vou votar contra o requerimento do Deputado Vanhoni por acreditar que a Polícia Civil tem condições de esclarecer isso.

Outra recomendação Senhor Presidente, é que nós deveríamos fazer ao Governador

Jaime Lerner, para que até o Secretário possa ser adestrado na Escola da Polícia Civil para praticar o tiro, que a arma dele fosse na verdade recolhida sob o risco de se colocar...

(conversas paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Emenda Aditiva ao Projeto de Resolução nº 58/95, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, com apoio dos Srs. Deputados Orlando Pessuti, Toti Colaço e Augustinho Zucchi, constante do expediente. Retirada pelos autores.

Ofício nº 86/95, subscrito pelo Sr. Juiz da 146ª Zona Eleitoral de Londrina, constante do expediente, encaminhando ata de apuração e totalização dos votos da consulta plebiscitária realizada no Distrito de Tamarana em 26 do corrente mês. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício nº 1113/95, subscrito pelo Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, comunicando sua transferência para o PSDB. À Diretoria Legislativa, para Anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Irineu Colombo, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante de expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Edgard Bueno, constantes do expediente. Necessitam de

apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Resolução nº 058/95. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 058/95, de autoria dos Emerson Nerone e Marquinhos Alves, que revoga a Resolução nº 40/95, que autorizou a realização de plebiscito para a criação do Município de Iguatemi do Paraná, desmembrando-o do Município de Maringá. **PARECER FAVORÁVEL** da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Passaremos ao restante da matéria, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 065/95, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao PROVOPAR (Programa do Voluntariado Paranaense) - Ação Social, área edificada, conforme específica. **PARECER FAVORÁVEL** DA C.C.J.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 070/95, que aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, no valor de R\$ 3.903.392,00 (três milhões, novecentos e três mil, trezentos e noventa e dois reais), conforme específica, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania. **PARECERES FAVORÁVEIS** DA C.C.J. e C.F.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/95, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público Estadual, conforme específica. **PARECER FAVORÁVEL** DA

C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 426/95, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no Município de Colombo. **PARECER FAVORÁVEL** DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 141, de 23.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 426/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Neivo Beraldin, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no Município de Colombo.

O projeto de lei em tela não fere nenhum preceito constitucional e está perfeitamente de acordo com a legislação específica que regulamenta a matéria.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
CARLOS SIMOES - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 063/95, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências. **PARECERES FAVORÁVEIS** DA C.C.J.. e C.F.. **EMENDA FAVORÁVEL** DA C.C.J.. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** (Publ. no D.A. nº 143, de 24.10.95, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 435/95

MENSAGEM Nº 063/95 DO PODER EXECUTIVO

PARECER:

RELATÓRIO

De autoria do Poder Executivo, o projeto de lei em questão dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e adota outras providências.

PARECER

O projeto de lei em pauta vem para atender o disposto no art. 204 da Constituição Federal e na Lei Federal nº 8.742/93, dispõem sobre as ações governamentais na área de assistência social.

Não tendo encontrado nenhum óbice legal ou constitucional à normal tramitação

do projeto em tela, somos favoráveis à sua normal tramitação.

O parecer é favorável, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDGARD BUENO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA MODIFICATIVA CORRETIVA
AO PROJETO DE LEI N° 435/95

O "caput" e incisos do art. 9° do Projeto de Lei n° 435/95 passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9° - O Conselho Estadual de Assistência Social é composto paritariamente por 30 (trinta) membros efetivos com respectivos suplentes, assim distribuídos:

I - 15 (quinze) representantes do Poder Público Estadual; e

II - 15 (quinze) representantes da sociedade civil, dentre organizações de usuários, das entidades ou organizações prestadoras de serviços de assistência social e de trabalhadores do setor."

Sala das Comissões, em 31.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EDGARD BUENO - Relator

Apoiamiento: Rossoni, Walmor Trentini, Eduardo Trevisan, Nelson Justus, Geraldo Cartário, Toti Colaço e Antonio Belinati.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 435/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade dispor sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, instituir a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo de Assistência Social e adota outras providências.

A matéria já foi devidamente apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que através de seu Relator ofereceu parecer favorável.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças não encontrou óbice para a tramitação do projeto de lei em tela.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, com a Emenda da C.C.J..

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando o cancelamento do Regime de Urgência e a retirada da Ordem do Dia de hoje. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do

Projeto de Lei n° 435/95.

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 438/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 066/95, que autoriza o Poder Executivo a ceder ao Ministério do Trabalho uma área, no Município de São José dos Pinhais, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS** da C.C.J. e C.F.. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 143, de 24.10.95, Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 438/95

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Poder Executivo, autoriza o Poder Executivo a ceder ao Ministério do Trabalho uma área destinada a implantação de uma delegacia, no Município de São José dos Pinhais.

No âmbito de competência desta Comissão, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do referido projeto de lei, desde que seja anexada ao processo cópia da matrícula do imóvel cuja área será cedida ao Ministério do Trabalho. A matrícula está citada no artigo 1° do Projeto de Lei n° 756 (do Cartório de Registro de Imóveis da Primeira Circunscrição da Comarca de São José dos Pinhais).

Sala das Comissões, em 31.10.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
EMERSON NERONE - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 438/95

P A R E C E R:

A proposição supra, originária da Mensagem do Poder Executivo sob n° 066/95, de 20 de outubro de 1995, visa autorizar o Governo Estadual a ceder ao Ministério do Trabalho uma área, no Município de São José dos Pinhais, para instalação e manutenção do Posto de Atendimento da Delegacia Regional do Trabalho no Paraná.

Sob análise de mérito, competência desta Comissão, emitimos parecer favorável, após a inclusão de cópia da matrícula do referido imóvel ao projeto.

Sala das Comissões, em 06.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ÂNGELO VANHONI - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 464/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Associação União de Moradores das Moradias Bairro Novo", com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL** DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 148, de 31.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 464/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 464/95, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Associação União de Moradores das Moradias Bairro Novo", com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender as exigências da Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 465/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Academia Paranaense de Letras", com sede e foro nesta Capital. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 148, de 31.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 465/95

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Algaci Túlio, o Projeto de Lei n° 465, tem por finalidade declarar de Utilidade Pública a "Academia Paranaense de Letras", com sede e foro nesta Capital.

Da análise do referido projeto, em razão do mesmo atender às exigências de Lei n° 6994/78, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 466/95, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a "Banda Lyra Curitibana", com sede e foro nesta Capital. **PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 148 de 31.10.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 466/95

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei n° 466/95 de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Banda Lyra Curitibana, com sede e foro nesta Capital.

Entendemos que a presente proposição atende a todos os requisitos da Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978. Por esta razão recebe o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.95

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

ANTONIO ANNIBELLI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 3531, de autoria do Sr. Deputado Edgard Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 3532 a 3536, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3537, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3538, 3539 e 3540, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3541, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, com apoio dos Srs. Deputados Valdir Rossoni e Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3542, de autoria do Sr. Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento n° 3543, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento n° 3544, de autoria do Sr. Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3545 e 3546, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3547 e 3548, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3550, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3553, de autoria dos Srs. Deputados Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Orlando Pessuti e Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3580, de autoria do Sr. Deputado Joel Coimbra, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3557, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3551, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3564, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3554 e 3563 de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 3555, 3561, 3567, 3568 e 3575, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3569, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Aprovado.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 3576, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3577, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3566, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3578, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, com apoio dos Srs. Deputados Ângelo Vanhoni, Irineu Colombo, Carlos Simões e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 3565, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 3562, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, gostaria, em nome desta Casa, registrar nossos sentimentos e solidariedade ao nosso companheiro Deputado Luiz Carlos Zuk e também à família do Advogado Vander, de Ponta Grossa, pela passagem na data de ontem, de dois anos de falecimentos do nosso amiguinho Luiz Car-

los Zuk Filho e também de João Paulo Vander, que faleceram tragicamente.

Em nome desta Casa, em nome de todos os companheiros, queremos registrar nossos sentimentos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 426, 438, 464, 465 e 466/95.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 463, 469, 498 e 480/95, e do Projeto de Resolução n° 056/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 1995.

Discurso proferido pela Juíza de Direito Joecy Machado Camargo em ocasião da solenidade que marcou o funcionamento em todo o Estado dos Juizados Especiais.

Senhoras e Senhores.

O Juizado de Pequenas Causas surgiu dentre tantas preocupações a mais importante, a retribuição da Justiça, o acesso desburocratizado, o aproximar o povo da máquina judiciária, lembrando-se que naquela época como ainda na atualidade a escassez de recursos não permite ao Judiciário a agilização para a solução dos conflitos.

A falta de Juízes, o congestionamento das Comarcas e Varas por este Estado afóra, com audiências marcadas para até mais de um ano, o valor das despesas processuais, bem como os encargos com advogados, eram a causa de diminuição do ingresso em Juízo para a busca do direito, pois ante a pequenez do bem violado o ofendido acabava renunciando por saber que a morosidade da Justiça lhe traria mais prejuízos do que benefício.

Pensando no ser humano com todos os direitos e garantias é que o Legislador trouxe para a nossa realidade o Juizado de Pequenas Causas, e com isto o anseio de uma nação que poderia então exercer os seus direitos sem que isto viesse a preju-

dicar o estreito orçamento da família, adentrar a um Fórum não só como testemunha mas como parte ativa buscando a aplicação da Justiça para os seus problemas.

População que até então passava ao largo da proteção jurídica, notadamente pela diferença na distribuição de renda, ficava a margem da sociedade, e conseguia ajuda através dos escritórios modelos de algumas Universidades e do espírito de solidariedade de alguns poucos.

Mas toda esta crise foi diminuindo face o surgimento dos Juizados de Pequenas Causas, que instalou-se para ficar, quebrando o formalismo exagerado, trazendo a figura do conciliador, incentivando a arbitragem já prevista no Código de Processo Civil, e principalmente um Juiz mais perto do povo, desmistificando o conceito antigo de que o Juiz deve manter-se distante e reservado impolutamente em seu gabinete, o magistrado antes de tudo é o intérprete da realidade, é aquele que na mentalidade da população está mais perto de Deus, pois a ele foi atribuída a árdua tarefa de julgar.

O povo, de forma alguma desrespeita o Juiz. A maior satisfação é quando podem se aproximar, desabafar seus problemas, por certo toda a verdade é jogada no ombro do julgador, pois ao confessar para o padre, ele omite algumas situações. No divã de um analista ou psicólogo, muitas sessões serão necessárias para o profissional abrir o coração do paciente, e ao Juiz, isto não acontece, face a condição natural imposta de aplicador da justiça.

A minha experiência como magistrado no interior e hoje na capital, mostra como é importante e necessária esta aproximação, muito mais que ontem, hoje tenho certeza absoluta que o Juiz só o será por inteiro quando conviver mais perto do problema humano, abrindo a porta de seu gabinete, conversando com as partes, pois o simples convívio com as pessoas que aguardam as audiências, por certo traz de imediato o prazer e a plena confiança da rápida solução de seus problemas.

Mas a preocupação do Legislador não ficou somente nos pequenos litígios, pois apesar da existência e funcionamento dos Juizados de Pequenas Causas, ainda assim o problema da morosidade e o acúmulo de processos nas Varas e nos Tribunais, continuou a existir em todo o Brasil, fora da pobreza franciscana enfrentada pelo Judiciário, como também a complexidade das normas procedimentais.

Como acordar de um sonho, surgiram no horizonte os Juizados Especiais, a Justiça moderna, rápida e barata, não só em resposta ao desejo do povo, mas também para dar continuidade ao trabalho iniciado com o Juizado de Pequenas Causas, já que foi

este que deu a largada inicial para a ruptura dos grilhões da Justiça.

No âmbito das ações cíveis, aumentou de sobremaneira a sua competência, alargando as possibilidades de ingresso em Juízo, com aumento do valor mínimo de 20 (vinte) para 40 (quarenta) salários mínimos, garantindo ainda ao povo a faculdade de assistência de advogado quando o valor da ação não for superior a 20 (vinte) salários ou a R\$ 2.000,00 (dois mil reais), todavia no que se refere a valor superior ao antes mencionado, até 40 (quarenta) salários a assistência por advogado é obrigatória, contudo, como nos Juizados de Pequenas Causas, o acesso à Justiça é gratuito.

Mas a revolução da aplicação da Justiça não ficou só nos Juizados Especiais Cíveis, pois chegaram aqueles tão esperados Juizados Especiais Criminais, a Justiça tão propalada do primeiro mundo que agora caminha para uma realidade, tendo como princípios basilares a simplicidade, oralidade, celeridade e economia processual, objetivando quase sempre buscar a conciliação ou a transação processual.

A Lei 9099/95 que criou o Juizado Especial Criminal, abrange as causas criminais de menor potencial ofensivo, quais sejam as assim consideradas contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a um ano, excetuados os casos de procedimento especial, trazendo em seu texto a grande inovação processual, a composição cível em se tratando de ação penal privada ou condicionada à representação, e como consequência da modernização, nestes casos a extinção da punibilidade, pois o acordo homologado pelo Juiz acarreta a renúncia ao direito de queixa ou representação.

Além desta característica jurídica marcante, de ser uma lei despenalizadora para as infrações de menor potencial ofensivo, ressalte-se a possibilidade de suspensão condicional do processo nas infrações de média gravidade, delitos cuja pena mínima não exceda a um ano.

Estas são apenas algumas considerações a respeito deste grande avanço em matéria penal, questão extremamente empolgante que assalta de emoção e curiosidade a todo o apaixonado pelo direito e principalmente pela aplicação da Justiça.

Saliente-se que num ato de bravura, coragem, o vizinho Estado do Mato Grosso do Sul, foi o pioneiro no Brasil quanto a criação dos Juizados Especiais Criminais, pois por proposta do Tribunal de Justiça daquele Estado, transformou na Lei 1.071/90, aliás com maior abrangência que a Lei 9099/95, devendo agora se adaptar ao novo texto legal.

Num projeto arrojado, o Poder Judiciário daquele Estado instalou em 1990 os Juizados Criminais, mudando de sobremaneira a forma processual, simplificando-a, agilizando o processo criminal, apesar da falta de estrutura física, transformou aquele conceito antigo de Justiça, trouxe o Juiz mais perto do seu povo, pois passou a participar mais ativamente dos conflitos sociais locais e regionais.

A meta desta nova visão jurídica é a prestação jurisdicional mais rápida, com a característica fundamental da oralidade e da simplicidade, todavia, para que isto seja uma realidade, o Judiciário não pode caminhar solitário, sob pena de cair em descrédito, há a necessidade imperiosa de que os três Poderes se atrelem num objetivo único, a aplicação da Justiça em prol do nosso povo, já tão sofrido pelas mudanças ocorridas nas últimas décadas.

A Lei Federal é clara e recomenda que os Estados se adaptem, regulamentando-se através de lei, e para isto precisamos urgentemente que os Senhores Deputados, ao receberem o projeto de lei, dêem o destaque e prioridade indispensável, pois antes de tudo, isto é o resultado de muitas campanhas políticas, em favor do povo brasileiro.

Com a Lei 9099/95, quase 50% (cinquenta por cento) dos processos cíveis que tramitam junto às 21 (vinte e uma) Varas Cíveis só desta capital, passarão a correr nos Juizados Especiais, aliviando assim, uma carga insuportável e de difícil conclusão para aqueles juízes que lá atuam, e nas 11 (onze) Varas Criminais e Varas de Trânsito desta Capital, o mesmo irá acontecer, entretanto, o Juizado de Pequenas Causas que hoje se extingue, para um novo despertar, não dispõe da estrutura para recepcionar todo este empreendimento, haverá um sensível aumento das reclamações e a prestação jurisdicional deverá ser dada imediatamente, pois antes de ser uma obri-

gação do Juiz, é mais que tudo um dever social.

Me permito, neste momento, dirigir ao Senhor Deputado Anibal Khury, Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, que vem acompanhando de perto este Juizado e lhe fazer uma reivindicação, os Magistrados dos Juizados Especiais e do Paraná esperam de Vossa Excelência, a compreensão e a sua voz em defesa da agilização da aprovação, na íntegra, do projeto de lei estadual que cuida da regulamentação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, que cuidará da organização, composição e competência, pois sem a regulamentação da lei, impossível será dar a prestação jurisdicional adequada nos moldes que foi constitucionalmente instituída, mas acredite, até então estaremos atendendo os reclamos da comunidade, em idêntica forma à que vem sendo praticada.

Ressalte-se, a preocupação do nosso Presidente Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, em dar atenção especial aos Juizados, por acreditar ser este o novo trilho da Justiça, dedicou-se em atender a uma antiga reivindicação, um espaço adequado para receber o então Juizado de Pequenas Causas, que hoje passa a existir como Juizados Especiais Cíveis e Criminais, para atender não só as classes mais pobres, mas colocar à disposição da comunidade a Justiça, no seu aspecto pleno, sem discriminação de credo, raça, ou casta social.

Para finalizar, Senhor Presidente e demais autoridades aqui presentes, ousou afirmar que os Juizados Especiais Cíveis e Criminais que hoje se tornam realidade, é a esperança do povo brasileiro, e no dizer do Professor Kasuo Watanabe, a engrenagem mais importante deste complexo legal, é o dinamismo do magistrado que vem a ser a própria alma do Juizado, e seguindo o pensamento da Desembargadora Fátima Nancy Andrigui, esta certamente é a Justiça do terceiro milênio.

No V Congresso Nacional sobre Qualidade e Produtividade realizado em Curitiba, no final de 1995, Renato Requião Munhoz da Rocha, enfatizou: "O problema "central" da Qualidade é a Qualidade na relação-CAPITAL e TRABALHO, destacando:

"Precisamos nos policiar a nós mesmos. Precisamos aprimorar nossa cultura, com base na nova realidade mundial. Antes, na AGRICULTURA, se precisava dos braços e pernas dos trabalhadores. Depois, na INDÚSTRIA, se precisava dos braços, pernas e cérebro. Hoje, quando os modelos de trabalho no mundo desenvolvido são: A ORQUESTRA e o TIME DE FUTEBOL, se precisa contar com os braços, pernas, cérebro e coração (comprometimento) ou não há qualidade permanente.

O subordinado se transforma em cidadão livre, com desejos, necessidades e aspirações. (...) É preciso compreender que as pessoas não tem raiva de ser pobres, tem raiva de não ter uma PERSPECTIVA DE VIDA."

Dai a diferença entre o povo americano e o povo brasileiro, citada em outro Congresso pelo repórter Alexandre Garcia, citando o psicólogo Flávio Gikovate que dizia: *"Quando um brasileiro está prestes a ganhar uma posição de destaque, numa corrida, por exemplo, parece que tem dentro de si, 'lá no fundo', um sentimento de que não merece isso, ou que tem algum pecado do passado para pagar e aí, 'tira o pé do acelerador' ou comete um erro e sai da corrida."* Assim, parece que somos nós, brasileiros. O real agora está dando tudo certo e nós, parece que num sentimento masoquista, começamos a mexer nas coisas, principalmente o Governo, para atrapalhar. Então a gente "precisa atrapalhar". porque nós brasileiros gostamos de tragédia.

E, citou também Rubens Ludwig, quando dizia que *"a nossa diferença em relação aos Estados Unidos é que o povo americano é um povo épico. Ficam glorificando a conquista do oeste, levantando aquela bandeira em Okinawa, na 2a. Guerra, fazendo aquela recepção a heróis do espaço na 5a. Avenida em Nova York."*

Não acrescentou outro comportamento americano: que é o de apresentar à crianças e adolescentes - nas escolas - videos com personagens famosos, de todas as áreas, que após contarem no video suas respectivas histórias, concluem dizendo: "Vocês também podem chegar onde eu cheguei...e a Nação precisa de vocês".

E nós, aqui no Brasil, ficamos 'curtindo': entérro de Tancredo, entérro de Ayrton Senna. O que mais move a Nação são tragédias... E continuou: "Eu não sei se numa combinação da cultura portuguesa com o banzo africano aquela tristeza, e a gente acaba virando um país que gosta de perder. Este não é um ponto positivo para que nosso país dê certo."

Faltou a Alexandre Garcia lembrar que, quando um brasileiro se destaca, a maioria do povo fica procurando nele algum defeito grave.: *"é bicha...ladrão...malandro... subiu na vida, a que preço... etc."* Por que?

É uma espécie de raiva. Não contra os bem-sucedidos, mas contra sua própria "falta de perspectiva de vida". Se não pode "subir", de alguma forma precisa "detrubar" o ídolo.

Agora, com o interesse crescente pela "QUALIDADE TOTAL" surge a grande chance de mudar essa forma do brasileiro sentir. Poder mudar seu paradigma e pensar em vencer e não em sofrer ou criticar por falta de perspectiva para si, já que as normas mundiais para se obter a qualidade são as mesmas, o resultado da "perspectiva" também o será.

No mundo, como aqui, é preciso obter o comprometimento, o coração das pessoas, mas para começar, há dois pré-requisitos básicos: Confiança nas relações e Participação nos resultados do valor agregado por empresários e empregados.

Como obter isso no Brasil de hoje? Só vejo uma forma: através da: QUONTABILIDADE que deve, urgentemente, merecer um melhor foco dos Consultores e Auditores da ISO-9000. Por esta razão e por outra constante da norma ISO 9000-1, item 4.5.d - "A ESTRATÉGIA E A SITUAÇÃO FINANCEIRA" à qual em breve voltarei.

QUONTABILIDADE = Qualidade na Contabilidade das empresas brasileiras, especialmente das micro, pequenas e médias, que segundo o SEBRAE correspondem a 98,7% e nas quais os trabalhadores/parceiros dificilmente confiarão na clareza dos números indicadores dos resultados empresariais.

O fator básico será uma excelente Contabilidade. Uma contabilidade com qualidade, uma "quontabilidade" ou "quantabilidade" (este nome talvez diga melhor o que será necessário para se "chegar lá"). Caso contrário, as "Certificações ISO:" obtidas, serão temporárias e a frustração e a perda da qualidade, que vem sendo conquistada com tanta rapidez no Brasil, poderá sofrer um imenso retrocesso e ter de começar tudo de novo.

Que as empresas brasileiras não venham a lamentar, tanto quanto estão lamentando a estupidez cometida por muitas, sob o título de Reengenharia, a qual, se fez as empresas reduzirem custos, da

forma agressiva como foi feita na maioria, jogou a confiança e o coração dos empregados, no lixo. É muito difícil obter o coração quando se cortam cabeças ou quando se enganam "parceiros".

Que venha logo a QUONTABILIDADE, através de sua Certificação pela ISO 9004. Já há "Escritório-modelo" no Paraná, prestes a receber a Certificação e SEBRAE está iniciando processo para preparação de dezenas de outros. Que junto venha também a necessária parceria entre EMPRESÁRIOS E CONTABILISTAS. E mais, que estes se transformem em verdadeiros: ASSESSORES DO SUCESSO, pois este será o modelo do Contador do Século XXI.

* Prof. Abicalaffe é Contador, Economista e Consultor paranaense, autor dos livros: *Qualidade Total na Contabilidade* (Ed. própria) e *A Fórmula do Sucesso Empresarial e Profissional - A Contabilidade e o ser humano na conquista da riqueza e segurança*. (Editora Gente) lançamento Dez/95 (041) 342-6163.

Ruth Bolognese
Superal de Curitiba

Em dezembro, Fani Lerner, mulher do governador Jaime Lerner, se submete à última sessão de quimioterapia no Hospital Nossa Senhora das Graças, em Curitiba. É a conclusão de um rigoroso tratamento que começou em janeiro, quando, 20 dias após a posse do marido, ela descobriu que tinha câncer. Fez uma cirurgia imediatamente, iniciou a quimioterapia, foi a Nova York e obteve dos médicos, além da esperança, a aprovação total do tratamento realizado no Brasil.

“Percebi que o câncer é cercado de muito medo. Medo até de se falar a própria palavra.”

mentou e começou a falar com ela, contando sobre os professores "a reunião foi extraordinária, muito boa mesmo". Sem dó, Fani o interrompeu: "Polaco, hoje o aniversário é meu". E um código entre eles, e o próprio governador explicou: "Quando Ilana fez 11 anos, reuniu os amigos e o pai decidiu animar a festa. Com todos os presentes ouvindo histórias e piadas de Jaime Lerner, Ilana o chamou num canto e esclareceu: 'Pai, o aniversário é meu!'".

História concluída, o governador saiu e ela comenta em tom de voz baixo: "Se a gente deixasse, ele ia começar a tomar conta da entrevista. Já estava pronto para isso, pegando todo o espaço". Fani, definitivamente, não se importa com o sucesso do marido. Aprendeu, com o tempo, a desmistificar a estrela doméstica, compreendê-la e até mesmo a puxá-la para o chão, quando isso se faz necessário. "Hoje, sou a Fanchettezinha do Jaime", diz, com certo orgulho. Fanchette Rischbieter, mulher do ex-ministro da Fazenda, Carlos Rischbieter, engenheira da prefeitura, foi, até morrer, em 1989, uma espécie de consciência crítica de Jaime

Lerner nos grandes projetos que ele desenvolveu para Curitiba.

A vida em Curitiba Fani Lerner é, essencialmente, uma mulher de classe média curitibana. Nasceu na rua Sete de Setembro, quase centro da cidade, numa casa alugada. Por ironia do destino, a casa pertencia aos avós do hoje senador Roberto Requião, adversário político de toda vida de Lerner. Nasceu em 45, fim da Segunda Guerra. Aos 4 anos, perdeu o pai, Manoel Proveller, judeu polonês, de uma simples diverticulite, e que ficou conhecido como "Manoel Batateiro", porque comercializava batatas na região.

"Minha mãe ficou viúva aos 34 anos, com duas filhas e teve problemas financeiros nessa época, porque no livro-caixa meu pai registrava as dívidas apenas com os apelidos dos endividados: 'João Bigode', 'José da Lapa' etc. Alguns apareceram para pagar, outros não", recorda Fani.

Poucas são as lembranças do pai. Muitas as da mãe. "Eu perdi meu pai muito cedo, não me lembro direito. O que sempre senti foi a ausência dele, uma falta tão grande, que veio influenciar minha vida muito mais tarde, quando comeci a trabalhar com crianças", diz.

A mãe, até hoje é chamada por Fani de "dona Ana", uma polonesa alta, loira, que, apesar de se parecer muito com a atriz italiana Anita Ekberg, e de ter ficado viúva aos 34 anos, não se casou novamente. Abriu uma loja de confecção, "A Moderna", na Praça Zacarias, em sociedade com a irmã, Pesli - e com isso conseguiu criar as duas filhas, Fani e Ester, educá-las, comprar uma casa, viver, enfim, uma vida tranquila junto à colônia judaica em Curitiba.

Tanto o pai quanto a mãe de Fani fugiram da perseguição nazista, deixando pais e irmãos na Polônia, mas não há nela mágoas ou referências históricas traumáticas. "Acho até que é uma postura do judeu. Não se comentava isso em casa, mesmo minha mãe, sendo uma judia que fugiu da guerra, aos 16 anos de idade", lembra ela. Culpa, Fani tem sim, de ter impedido a mãe de casar. "Eu tinha um ciúme doentio dela. Quando havia alguém interessado, era uma choradeira só. E isso, talvez, a tenha intimidado".

Fani Lerner entrou para o Instituto de Educação do Paraná, na rua Emiliano Perneta, e de lá só saiu formada na Escola Normal. Quando completou 15 anos, foi capa da revista "O Macabete", editada pela colônia judaica de Curitiba. Um dos colaboradores da revista era Jaime Lerner e aí se deu o encontro. Depois de três anos de namoro, casaram-se.



"O Jaime ainda estava; está presente, está comigo"

Exclusivo: o primeiro depoimento de Fani Lerner sobre a luta contra o câncer, que ela está conseguindo vencer

No final dessa jornada, a mais difícil de sua vida, Fani Lerner fala, pela primeira vez publicamente, sobre o assunto. "A minha doença não é um segredo de Estado. O Paraná inteiro sabe, sempre comentei com amigos, com as pessoas que trabalhavam comigo, com os deputados, com a família. Só não havia chegado na imprensa porque nenhum jornalista me perguntou sobre isso. E, além disso, eu tinha um certo receio de como o assunto seria tratado", diz Fani.

E explica, com humor, dois tipos de comportamento, comuns num caso como este, que temia por parte da imprensa: "Se a gente começasse a dar notícias, a divulgar meu estado de saúde, poderiam me transformar em mártir, de um dia para o outro. Ou, o que é pior, me matariam toda semana pelos jornais".

Fani percorre sua jornada sem medo de enfrentar o estigma. "Há muito tempo uma amiga teve câncer e, depois que concluiu o tratamento, passou a ir no Hospital Erasto Gaertner, aqui, em Curitiba, ajudar os doentes, levar conforto. Naquela época eu admirei muito a coragem dela, de continuar próxima da doença, de continuar revivendo o problema, de certa forma. Hoje, eu a compreendo muito mais, porque se não tivesse que cuidar da secretaria, do meu trabalho, também iria conversar com pessoas com o mesmo problema, levar informações, confortar. Percebi que o câncer é cercado de muito medo, medo até mesmo de se falar a própria palavra".

Cotidiano Na sala da casa planejada pelo marido, há 30 anos, no bairro do Cabral, Fani entra rapidamente, usando um conjunto de calça e blusa de seda estampado de azul e branco. Sapatos brancos, sem saltos, um par de brincos discretos - o da orelha direita caiu duas vezes durante a entrevista - e batom claro. Ficou mais de duas horas sobre sua vida - desde a infância em Curitiba até os dias atuais, sempre gesticulando muito. Com os pés no sofá, sentada de lado, olhando para o teto quando precisava lembrar-se de alguma data ou nome, ou quando a pergunta era mais complicada.

Em discussões-lus momentâneas, abanava o rosto com a mão direita, como se quisesse afastar um pensamento ruim, uma lembrança indesejável, num gesto característico dela.

Antes da entrevista começar, quando a conversa ainda era sobre um assunto corriqueiro, ouviu-se a voz meio irritada do governador Jaime Lerner, vinda da parte íntima da casa. "Fani, não grite tanto". Ela riu, devolveu no mesmo tom de voz. "Jaime, eu não estou conversando com a Ilana (filha mais nova). Venha, venha ver quem está aqui", desafiou. As vozes na sala realmente estavam acima do normal, talvez por um pouco de nervosismo, das duas partes. Minutos depois, o governador entrou, ainda arrumando o paletó. Cumprimentou



“A minha doença não é um segredo de Estado. O Paraná inteiro sabe.”





Fani com as ex-mulheres de sua Dimensão e Luciana, na inauguração da República da Pá

ram-se e, durante um ano, foram morar com dona Ana, até que a casa do Cabral, onde estão até hoje, ficasse pronta.

Fani foi dar aula na Vila Lindóia, para o 1º grau, e Jaime Lerner foi trabalhar no Ippuc, o órgão que planeja Curitiba e a transformou na cidade de hoje. Como arquiteto do Ippuc, Lerner participou e venceu um concurso para construir o estádio de futebol de Maringá - o Willie Davids - terra do então deputado federal Haroldo Leon Perez, depois indicado pelo governo Médici para o governo do Estado.

O concurso e a definição da construção aproximaram Jaime Lerner de Leon Perez, que quase não conhecia ninguém em Curitiba. Isso acabou dando a Lerner a indicação para a prefeitura.

Com duas filhas pequenas, aos 26 anos Fani se transformou na primeira-dama de Curitiba. Ela não tem na memória sequer a roupa que usou para a ocasião. "Eu não sabia de nada, não sabia o que usar, nem como me comportar no meio do cerimonial. A roupa deve ter sido emprestada, no mínimo", diz Fani. Toda a família compareceu à posse e a emoção foi tão grande, e o nervosismo idem, que os pais de Lerner, dona Elza e o sr. Félix, ficaram esquecidos no meio da multidão. Na posse do filho prefeito, o primeiro da família a ocupar um cargo público, tiveram que voltar para casa de ônibus.

Fani se lembra dessa época como um dos períodos mais difíceis de sua vida. Jaime Lerner despoitou rapidamente como o melhor prefeito do país, passava a trabalhar dia e noite, viajava, era constantemente assediado pela imprensa, virou um quase mito. "O Jaime estava muito entusiasmado com ele mesmo, com aquele reconhecimento do trabalho, com as perspectivas de futuro", recorda. "E isso obviamente mexeu com a estrutura familiar. Até então, eu era a parte mais dinâmica do casal, tomava decisões, participava. E, de repente, eu tive que fazer o meu mundinho próprio, perto do dele."

Dessa época, Fani se lembra dos "milhares de chás" onde tinha que comparecer como primeira-dama. Da roupa que passou a usar "roupa de prefeita", certinha, discreta, cores neutras. "Eu chegava em casa, me trocava e vivava a Fani de novo."

Mas se lembra, principalmente, da morte da mãe, dona Ana, poucos meses antes da posse, aos 54 anos, de câncer. "Entre em depressão e tive que buscar a análise para me recuperar. Hoje, vejo que o meu caminho, como pessoa, como mulher, começou a se delinear naqueles tempos tão difíceis. Tive que provar que era gente. Fiz um curso na IBM, fui trabalhar na empresa do meu cunhado Júlio e isso tudo me deu muita experiência. Do ponto de vista da mulher, trabalhar já era uma conquista."

Força de vontade Já como primeira-dama, Fani Lerner decidiu fazer o vestibular da Faculdade de Tuiuti e passou em primeiro lugar. Foi uma discussão dentro da própria escola, que hesitava em divulgar o nome dela como primeira colocada, temendo a interpretação de privilégio. Até que um dos donos da escola chamou Fani para uma reunião e, na frente de todo mundo, foi taxativo: "Se a mulher passa em primeiro lugar, sai o nome da mulher em primeiro lugar, seja ela quem for."

Fani cursou até o terceiro ano da faculdade. Desistiu para acompanhar Lerner nas viagens que ele fazia pelo mundo e para cuidar das filhas.

Revela, no jeito como fala do assunto, preocupações feministas. "Ainda hoje li na coluna do Mazza (coluna diária publicada pela Folha de Londrina, assinada pelo jornalista Luiz Geraldo Mazza), sobre uma despedida de solteiro, com a presença de uma drag queen. Ora, o mundo não mudou nada mesmo: os homens fazem despedida de solteiro, com strip tease, drag queens e as mulheres fazem chá-de-panela."



“A nomeação do Jaime foi um susto muito grande”

(Sobre a nomeação do marido para a Prefeitura de Curitiba, em 1974).



“O poder é importante por aquilo que vem depois. Os amigos que permanecem, o que se fez realmente de bom.”

“E foi, segundo ela, as mudanças que ocorreram no seu pensamento sobre a mulher, nessa época, que a ajudaram a vencer um inimigo comum dos casais, principalmente quando um deles se projeta profissional e publicamente: o ciúme. “E claro que o Jaime passou a ser assediado, paparicado, enfim, cercado por todo mundo, inclusive por mulheres. Senti ciúmes, como toda mulher sentiria. Mas me reciclei, aprendi que, se ele conversava com uma mulher, poderia admirá-la, gostar dela, mas não significava que fosse dormir com ela”, depõe.

A análise ajudou. “Olha, aprendi também que a traição, dentro de um casamento, dá tanto trabalho, exige subterfúgios, dissimulações e tanto tempo que, no fundo, ou se separa ou não se trai”. E Jaime Lerner, diz ela, sempre foi um bom marido. “Sempre tive confiança nele. Se eu soubesse, hoje, que houve casos, traições, ficaria muito surpreendida. Ele é caseiro, meigo, é alegre dentro de casa e, se durante todo esse tempo, optou por ficar ao meu lado, alguma coisa valeu nesse casamento”, diz.

Na segunda gestão de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba, Fani iniciou, quase por acaso, um trabalho de voluntariado nas áreas mais carentes da cidade. Era a época de Léo Leal na presidência da LBA, do Provopar - o Programa do Voluntariado Paranaense - e, por consequência, quem assumia o comando da entidade era a primeira-dama, do município ou do Estado.

“Bem, eu sempre tive preocupação com criança, desde pequena. Era algo relacionado à proteção, ao acolhimento, à necessidade de segurança. Acho que este sentimento está relacionado com a morte de meu pai, quando eu tinha só quatro anos”, acredita. Fani sempre topou qualquer parada - viagens, cerimônias, visitas, chás, conversas com autoridades e empresários.

Só havia um problema: tinha “pavor, horror, tudo, de falar em público”. Conseguiu reunir mais de 300 mulheres, que passaram a colaborar com as creches, a estruturar recursos, a participar da administração. “Comecei ali, com aquele trabalho, sem recurso nenhum, trabalhando como louca por esses bairros de Curitiba, a viver um dos períodos mais felizes da minha vida. Foi uma conquista, um privilégio, e isso se refletiu no meu dia-a-dia, que até mesmo falar em público deixou de ser um tabu.”

Como viveu as duas fases da vida pública - entrou e saiu do poder, Fani Lerner tem uma visão clara. “Sem demagogia, mesmo” sobre isso. “O poder é importante por aquilo que vem depois: os amigos que permanecem, as lembranças, o que se fez realmente de bom”. Hoje, quando acompanha Jaime Lerner nas cerimônias oficiais ou num simples passeio num shopping, sem segurança, não se sente “a mulher do governador, a primeira-dama”.

Diz que se admira até quando percebe o distanciamento das pessoas, intimidades pela aura do cargo. “Não sinto, de maneira alguma, que sou mais importante, que tenho um cargo. E sem o Jaime sinto isso, tenho certeza”.

Mas a gestão de Lerner terminou, Roberto Requiao ganhou a eleição, Fani e Jaime foram cuidar da vida. A família foi para o Rio de Janeiro, Jaime Lerner trabalhou com Leonel Brizola e voltou, vitorioso, na campanha dos 12 dias. Convidou, de repente, Fani Lerner para ser a secretária da Criança da prefeitura. “Eu não esperava o convite, hesitei muito porque havia o risco de dar tudo errado”, confessa hoje.

A nova secretária da Criança procurou empresários, e, nas conversas, pedindo colaboração, usou um argumento definitivo: “O custo de uma vaga na prisão é sete vezes maior do que uma vaga na creche”. Venceu o bom senso. Cálculos aproximados mostram que 36 mil crianças curitubanas, até seis anos de idade, eram atendidas mensalmente pela prefeitura, com alimentação, estudo e afetividade.

“Uma pesquisa, feita no final do governo do Jaime na prefeitura, mostrou que as crianças que haviam frequentado nossas creches aproveitavam melhor os estudos e eram mais ‘bagunceiras’ nas escolas. Costei do bagunceiras porque criança infeliz não faz nada, nem bagunça”, comenta.

“Ela tem uma capacidade muito grande de valorizar e acreditar naquilo que a gente tem de melhor”, diz Rosa Maria Carvalho Franco Pinto, 48 anos, que trabalha com Fani desde a primeira gestão de Jaime Lerner.

Para a diretora geral da Secretaria do Menor, Darcília Vieira dos Santos, Fani Lerner comandou, na Prefeitura de Curitiba, o trabalho mais competente já realizado no Paraná, na área social. “Foram 14 projetos diferentes que começou com as creches, Pás, albergues para meninos, casas-lares, que até hoje são reproduzidos pelo Brasil afora.”

O próprio prefeito Rafael Greca, que assumiu depois a prefeitura, reconhece isso: “Ela tirou a ‘essência’ da administração social e comunitária toda o trabalho nessa área em Curitiba”.

O futuro Fani Lerner terminou a gestão na prefeitura, e o convite para assumir a Secretaria do Menor no atual governo do marido veio sem surpresas. “É um nepotismo explícito”, disse Jaime Lerner na posse da mulher e ninguém estranhou. Tudo estava pronto, ela se preparava para enfrentar desafios muito maiores na assistência às crianças, animada pelo reconhecimento ao seu trabalho.

E ali, de uma hora para outra, começou a sentir dores abdominais. Pensou que fosse um problema gástrico qualquer. As dores aumentaram, chamaram o médico da família, vieram outros, exames, cirurgias quase de emergência,

“A ausência do meu pai influenciou muito meu trabalho com as crianças.”

prescrição de tratamento rigoroso: era câncer. "Descobri uma alma de lutadora. Arranji forças não sei de onde. Não vou cometer o erro de só dizer que estou enfrentando tudo com coragem, com dignidade, com fé. Estou. Mas tenho momentos graves, que penso na crueldade do momento em que a doença me atingiu, que não é muito justo. Sofro, choro, como qualquer ser humano faria no meu lugar. O susto foi muito maior do que alguém possa imaginar", conta Fani.

Ela fala mais devagar do que no começo da entrevista, parece não querer se emocionar muito. "Na vida, às vezes, não se pode fazer escolhas. Assim como não se percebe que tudo é finito, falamos pouco da morte. Para mim, a doença, com tudo o que tem de cruel, de terrível, tem sido um aprendizado. Passei a viver cada minuto, entendi que não vou resolver todos os problemas, que nunca conseguirei descomplicar tudo. Alguma coisa sempre vai ter que ser resolvida. Perdi, recentemente, meu cunhado, que morreu de enfarte, aos 49 anos. Sofri e descobri novas forças, tenho que continuar lutando."

Nessa jornada, Fani Lerner vem recebendo o apoio de pessoas que nunca viu mas que telefonam para contar suas próprias experiências. "Gente que sou, que teve um amigo, uma amiga, que fez o tratamento e está bem. Outros que falam abertamente sobre o câncer, uma doença que não precisa ser escondida, temida, tanto assim. Tenho que dizer aos paranaenses, as pessoas que se preocupam comigo: estou fazendo tudo o que a Medicina tem de mais moderno, mais eficaz, para vencer essa luta. Estou cercada de todos os cuidados, meus médicos, enfermeiros, o hospital, todos se dedicam de uma forma comovente. Em dezembro, termina o tratamento. Será um novo tempo?" diz, comovida.

No dia 19 de julho deste ano, Fani Lerner fez 50 anos. As 11 horas, Jaime Lerner bateu à porta do quarto e, acompanhado de um violonista, tocando "Fascinação", convidou-a para dançar. Ela levantou-se, abraçou-o e os dois, desajeitados, começaram a ensaiar os passos. Ela, de capanga, os cabelos raspando, fita e cor-de-rosa.

Ao ver a cena, dentro de um apartamento do Hospital Nossa Senhora das Graças, em Curitiba, as filhas, Andréia e Ilana, o genro Cláudio e a amiga Eliane, apalparam. Fani, conduzida

pelo governador, dançava ligada a um cateter, recebendo soro e medicamentos. A doença, reconhece a própria Fani, uniu-a a seu marido de forma total e definitiva. "O Jaime me ajuda muito, está presente, está comigo. Vivemos um bom momento juntos porque ele é o que eu preciso e eu sou o que ele precisa."

O governador Jaime Leger tem dado demonstrações claras de como está vivendo com Fani esse pedaço do caminho. Durante a campanha eleitoral, uma imagem dele de camisa azul, os olhos apertados e dizendo: "Será o governador mais alegre que o Paraná já teve". Ficou gravada como perspectiva de um futuro bom e melhor. Mas, não tem sido assim. No começo do governo, um grupo de alunos cantou, numa cerimônia no Palácio Iguaçu, a "Aleluia", de Haendel, e Jaime Lerner chorou em público, pela primeira vez. Dois ou três meses depois, numa inauguração, com Fani presente, o prefeito Rafael Greca falou sobre o amor, o valor de um ser humano e citou versos bíblicos. Emocionado, Lerner chorou novamente.

Numa das sessões em que Fani estava no hospital, uma amiga foi visitá-la e lá encontrou o governador, às 4 horas da tarde de um dia de semana. "Ele estava sentado numa poltrona, descalço e desenhando num papel. Perguntei: 'Jaime, o que você está fazendo aqui, a essa hora?' Ele olhou para Fani, olhou para mim e disse: 'Estou gazeando o trabalho!'"

Planos Nos últimos 11 meses, apesar de tudo, a vida vem sendo conduzida com certa rotina por ambos. "Estamos trabalhando, fazendo nossos projetos para o governo, viajamos o quanto é possível. E, como é natural, precisamos cuidar da minha saúde e da saúde do Jaime, também. Ele precisa de tranquilidade, de apoio, para governar o Paraná", diz ela. Fani Lerner fala inglês, viajou pelo mundo todo, gosta de cinema e de tempo com Jaime.



"Descobri uma alma de lutadora. Arranji forças não se de onde."

(Sobre a luta contra a doença).



"Ela tirou a 'carece' da assistência social e consolidou todo um trabalho nessa área."

(De Rafael Greca sobre Fani).



"Para mim, a doença, com tudo o que tem de cruel, de terrível, tem sido um aprendizado."

rena espremido entre dois grandes edifícios. "Já pensei em mudar, mas agora, a casa só para o Jaime e eu, está ótima." É apaixonada por Curitiba. Está realizada com seu trabalho, com uma bonita e tem grandes e pequenos projetos de vida.

"O Paraná apresenta um quadro social grave: 740 mil crianças entre 0 e 14 anos são considerados indigentes, mais da metade dessas crianças estão fora da escola. No ano que vem tenho que arrumar mais dinheiro para a área social", diz ela, fazendo planos para sua atuação.

Sonha em fazer uma viagem de carro pelos Estados Unidos, com Jaime, as filhas e os netos, quando terminar o mandato no Palácio Iguaçu. E lamenta a falta de tempo para cuidar do corpo. "Já fiz ginástica, preciso voltar a fazer."

A serenidade com que enfrenta um momento tão delicado pode ser explicado de muitas maneiras. O papel do marido, da irmã Ester, das filhas Ilana e Andréia, dos amigos. Ah, os amigos. Há mais de trinta anos, Fani e Lerner vivem uma história de amizade com outros cinco casais curitubanos, onde o fato de ele ser governador - ou ter sido prefeito, personalidade nacional e internacional - foi apenas circunstancial. Os cinco casais - Regina e Moacir Gouveia, Eliane e Mário Celso Petraglia, Maurício e Clarissa Brik, Helio e Clara Rotemberg e Ronald e Siomara Schulman - estão presentes agora, mais do que nunca.

"Saio com eles totalmente desarmada, no sentido de não me preparar para nada além da conversa, da troca de sentimentos, pura e simples. Nesse grupo não existe o feminino nem o masculino. Somos pessoas, humanos que se encontraram por alguma razão e se entendem, se gostam. Vai ser sempre assim", explica Fani, que considera essa longa amizade um dos privilégios de sua vida. Sem idealizar - "brigamos, acho que tem inveja, tem raiva, como em qualquer outro grupo, mas estamos sempre juntos, há mais de trinta anos".

Ela lembra que, quando Jaime Lerner viajava e se sentia sozinho, chamava os amigos. "Vinham todos, homens e mulheres, a gente fazia comida, conversava e a solidão ia embora". Ainda hoje faz isso, quando os compromissos sociais permitem. Talvez por esses episódios, cada membro desse grupo aponta Fani como a referência, o ponto de convergência entre eles. "As vezes ela é minha mãe, outras vezes é minha filha", define Regina Gouveia, 57 anos. Emocionada, ela conta que Fani a tem chamado nos momentos mais delicados. "Eu sei como esses momentos são difíceis, então vou segurar a cabeça dela, ajutar os travessieiros, acomodá-la. Sinto que faz bem pra nós duas."

Eliane Petraglia, mulher do empresário Mário Celso Petraglia, é amiga de Fani desde os 11 anos, quando ambos fizeram exame para admissão no Instituto de Educação. "Chineza", como é conhecida entre os amigos, porque, há mais de 30 anos, participou de um bloco no Clube Thalia vestida assim. Ela é psicóloga e lembra que, na noite da cirurgia, chegou ao hospital Nossa Senhora das Graças e foi surpreendida pela notícia da doença.

"Naquele momento, eu me lembrei que vinha comentando com ela a história de um amigo que sofria de câncer, que lutou muito e morreu jovem. Eu havia contado todos os detalhes do sofrimento dele, da quimioterapia. Fiquei sem coragem de encará-la quando ela voltou para o quarto. Só conseguia chorar. Mas, como sempre fez durante quase toda a vida, Fani me surpreendeu de novo. Olhou para todos nós e disse: 'Por que vocês estão tão preocupados comigo? Veja a China, que acabou de perder um amigo, ela precisa da gente.'"

O papel de Fani Lerner nesse grupo pode ser resumido numa história singela, contada pelo marido de Regina, Moacir, o "Moa", presidente do Centro de Convenções de Curitiba. Numa viagem que o grupo fez em conjunto, uma boa parte entrou no elevador. A porta se fechou, ninguém se mexeu. Até que Jaime Lerner, mesmo estando na frente do painel de botões, perguntou: "Fani, você não vai apertar o botão pra gente descer?" Todos, ao mesmo tempo, cularam na gargalhada. Hoje, ao lembrar a história, "Moa", 59 anos, chora. (R.B.)

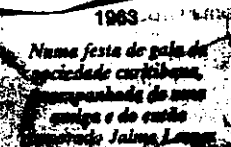
ALBUM DE FAMÍLIA

"As fotos antigas nos mostram o quanto já fomos jovens" (Fani Lerner)



1960

Em plenos anos duvidados, a jovem Fani brilha durante seu Baile de Debutantes, no Centro Israelita do Paraná.



1963

Numa festa de gala da sociedade curitubana, acompanhada de seus amigos e do então governador Jaime Lerner.



1975

Ao lado de Lerner, em sua primeira gestão como prefeito, Fani participa da inauguração da Fundação Cultural de Curitiba, órgão que passaria a sustentar e dirigir a política cultural da cidade.



1981

Na segunda gestão na Prefeitura de Curitiba, participa de comemoração pelo aniversário da cidade; é sua esquerda, Rafael Greca, que outra anos mais tarde se elegeria prefeito.



1995

Nos jardins do Palácio Iguaçu, Fani vibra com a posse do marido como governador eleito do Paraná; à esquerda, o filho Ilana; à direita, a vice-governadora Andréia e o marido, o deputado estadual Antonio Belinati.

